

A IMPRENSA E O DEVER DA VERDADE

RUI BARBOSA

VOL. 272

SENADO FEDERAL



A IMPRENSA E O DEVER
DA VERDADE

Mesa Diretora

Biênio 2019–2020

Senador Davi Alcolumbre
Presidente

Senador Antonio Anastasia
1ª Vice-Presidente

Senador Lasier Martins
2ª Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão
1ª Secretário

Senador Eduardo Gomes
2ª Secretário

Senador Flávio Bolsonaro
3ª Secretário

Senador Luis Carlos Heinze
4ª Secretária

Suplentes de Secretário

Senador Marcos do Val

Senador Jaques Wagner

Senador Weverton

Senadora Leila Barros

Conselho Editorial

Senador Randolfé Rodrigues
Presidente

Esther Bemerguy de Albuquerque
Vice-Presidente

Conselheiros

Alcinéa Cavalcante
Aldrin Moura de Figueiredo
Ana Luísa Escorel de Moraes
Ana Maria Martins Machado
Carlos Ricardo Cachiolo
Cid de Queiroz Benjamin
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque
Eduardo Rômulo Bueno
Elisa Lucinda dos Campos Gomes
Fabrício Ferrão Araújo

Heloísa Maria Murgel Starling
Ilana Feldman Marzochi
Ilana Trombka
João Batista Gomes Filho
Ladislau Dowbor
Márcia Abrahão de Moura
Rita Gomes do Nascimento
Vanderlei dos Santos Catalão
Toni Carlos Pereira

Edições do Senado Federal – Vol. 272

A IMPRENSA E O DEVER DA VERDADE

Edição comemorativa dos 170 anos
do nascimento de Ruy Barbosa

Prefácios de
Cid Benjamim
Christian Edward Cyril Lynch



Brasília – 2019

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL Vol. 272

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Organização e Revisão: Fábio Harlan Barbosa, Cristiano Ferreira, Mariana Gava e SEGRAF

Editoração eletrônica: SEGRAF

Ilustração de capa: Leonardo Correa Matoso

Projeto gráfico: Serviço de Multimídia do Senado Federal (Semid)

© Senado Federal, 2019

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

– CEP 70165-900 – DF

cedit@senado.gov.br

<http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>

Todos os direitos reservados

ISBN: 978-85-528-0059-0

.....
Barbosa, Ruy, 1849-1923.

A imprensa e o dever da verdade / Rui Barbosa ; prefácios de Cid Benjamin, Christian Edward Cyril Lynch. – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

101 p. -- (Edições do Senado Federal ; v. 272)

Edição comemorativa dos 170 anos do nascimento de Rui Barbosa.

1. Ética jornalística, Brasil, discursos, etc. 2. Político, Brasil, discursos, etc. 3. Imprensa, Brasil. 4. Jornalismo, Brasil. 5. Política e governo, Brasil. I. Título. II. Série.

CDD 320.981

.....

.....

Sumário

Prefácio

*“A imprensa é a vista da nação.
Sem a vista, mal se vive”*

Pág. 9

Prefácio II

Um clássico da imprensa liberal

Pág. 19

*A Imprensa e o dever
da verdade*

Pág. 27

Rui Barbosa

Pág. 27

Legítima defesa

Pág. 30

O orador e seus auditórios

Pág. 32

O grande criminoso
Pág. 35

Segredo e mentira
Pág. 36

A imprensa
Pág. 36

Do ótimo ao péssimo
Pág. 39

Mau governo, má imprensa
Pág. 41

Maus exemplos
Pág. 42

Irresponsabilidade
Pág. 43

Imprensa e presidencialismo
Pág. 44

O pior messalinismo
Pág. 45

Rascas na assadura

Pág. 47

Confessos

Pág. 48

Consciências obliteradas

Pág. 51

O código penal

Pág. 52

Ainda a confissão

Pág. 53

O juízo dos corruptores

Pág. 54

Mais fatos

Pág. 56

O caso das últimas emissões

Pág. 57

Depoimento capital

Pág. 58

Subvenção ou suborno?

Pág. 60

Como a política julga a imprensa

Pág. 61

Então por que fugir do inquérito?

Pág. 63

Os rombos da caixa

Pág. 64

Por que é que alguns calam?

Pág. 66

Quais os amigos da imprensa

Pág. 67

Veritas carissima

Pág. 68

A moral dos povos livres

Pág. 68

O exemplo norte-americano

Pág. 71

.....

Prefácio

*“A imprensa é a vista da nação.
Sem a vista, mal se vive”*

A declaração acima é de Rui Barbosa. E espelha uma verdade. O conteúdo da conferência “A imprensa e o dever da verdade”, mesmo ela tendo ocorrido em 1920, não perdeu a vigência. Seu tema central – a importância do trabalho da imprensa numa sociedade que se pretenda democrática – permanece atual. Vai ser preciso sempre estabelecer as regras de convivência numa sociedade e, se quer construir uma sociedade democrática, informações fidedignas aos cidadãos serão essenciais. É justamente disso que trata Rui neste trabalho.

Como esta edição de sua conferência vai conter um segundo prefácio, redigido por alguém mais preparado do que eu para falar da vida e da obra de Rui Barbosa - o professor Freitas Nobre, da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP - não me aventurarei por mares em que ele navega com mais maestria e competência. Vou aproveitar a oportunidade surgida pelo honroso convite que me foi feito para refletir sobre outras questões relacionadas com o papel da imprensa, mas sempre levando em conta a ótica com que elas foram tratadas por Rui Barbosa.

Antes, porém, vale ressaltar que, ao contrário do que alguns imaginam, Rui não era um erudito pedante e prolixo, voltado essencialmente para a forma do discurso e alheio ao cerne das grandes questões de seu tempo. Jornalista, escritor e advogado, esteve presente nos principais debates da sua época. Denunciou sempre o arbítrio, as injustiças e a corrupção. Ocupou a linha de frente na defesa de uma imprensa livre e independente de compromissos com grupos econômicos ou governos. Foi republicano e abolicionista. Sustentou de maneira firme a igualdade entre as nações. E foi um firme defensor da educação pública e adversário da obrigatoriedade do ensino religioso obrigatório. Um século depois, todas estas posições mantêm sua integral vigência.

Sempre determinado na defesa de seus pontos de vista, diante da recusa de jornais em publicá-los, por discordância das posições que defendia, para não se deixar calar chegou a veicular artigos de sua autoria como matérias pagas.

Defensor enfático da valorização do papel da imprensa, Rui sempre foi implacavelmente duro com os órgãos que recebiam do governo as chamadas “subvenções”, que ele não hesita em classificar como “suborno”.

Como exemplo de honestidade jornalística, lembrou o papel desempenhado pelo periódico inglês *Times* na cobertura da Guerra da Criméia. O jornal londrino descreveu com cores vivas as condições extremamente precárias em que lutavam os soldados britânicos, indo na contramão dos demais veículos e não aceitando uma cobertura jornalística supostamente patriótica que fugisse da verdade.

Questões levantadas por Rui ao longo de sua vida pública e abordadas nesta conferência permanecem atuais nos dias de hoje. A primeira delas: não há possibilidade de exercício pleno da democracia se os cidadãos não estão informados corretamente a respeito das grandes questões nacionais e das diferentes propostas de solução

para elas. Isso remete à necessidade de uma imprensa livre, atuante e honesta – condição para que as pessoas possam formar sua opinião a respeito delas.

A censura a qualquer informação ou o veto a determinados assuntos ou personagens, sempre encontraram em Rui um adversário implacável. E não custa lembrar que coisas assim ocorreram durante a ditadura militar brasileira iniciada em 1964. Elas são inaceitáveis, sob qualquer ponto de vista. Figuras admiráveis como músico e escritor Chico Buarque de Holanda e o cardeal Dom Helder Câmara faziam parte de um índice de nomes que não poderiam ser citados nos jornais ou revistas. Na mesma época, foi censurada qualquer menção na imprensa a uma epidemia de meningite, uma atitude que se revelou criminosa sobre quaisquer pontos de vista que seja avaliada. A censura impediu que os pais fossem informados sobre os sintomas da doença e alertados para os cuidados a serem tomados, o que levou a mortes de crianças.

Mas, atenção: honestidade jornalística não é apenas que não haja uma lista de temas ou personagens vetados. Não é apenas tratar de todo e qualquer tema relevante para a sociedade, independentemente de que seja ou não do agrado dos poderosos de plantão. Este é um ponto de partida essencial, mas não é o bastante.

O jornalismo não é uma ciência exata. Há sempre um trabalho de edição das notícias fazendo a intermediação entre o momento da realidade que se vai retratar e a apresentação da informação ao seu destinatário. O editor de um veículo jornalístico – seja ele jornal, revista, rádio ou TV – tem uma primeira tarefa diante de si a cada dia: o que selecionar para ser veiculado e o que descartar? Mais: dentre o material escolhido para ser veiculado, que importância dar a cada matéria? Esse conjunto de questões e de escolhas conforma o que se denomina edição, ou seja, seleção e organização do material jornalístico para a sua apresentação para o consumidor (seja este o leitor de um jornal ou de uma revista, o telespectador de programas de televisão ou o ouvinte de uma rádio).

Num noticiário de rádio ou de TV, que tempo será destinado a cada assunto? Num jornal ou numa revista, o que vai merecer chamada de primeira página? O que vai ser publicado nas páginas imediatamente mais importantes? E como? No alto, com um espaço generoso e acompanhado de fotos, ou escondido num canto qualquer do jornal? E como se dará a abordagem dos temas? Quem serão os especialistas chamados a opinar sobre eles? Isso é decisivo, pois essa escolha terá uma forte influência sobre o conteúdo do que é veiculado.

Um exemplo prático: no momento em que este prefácio está sendo redigido, outubro de 2019, o Chile está conflagrado por manifestações populares, surgidas em resposta a um conjunto de medidas preconizadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e encampadas pelo governo daquele país. Elas podem ser apresentadas como uma resistência legítima a medidas antipopulares tomadas por um governo de corte neoliberal, ou a ênfase pode ser dada às depredações de estações de metrô e de outros equipamentos públicos, que causaram transtornos à vida da capital chilena e estiveram na origem de uma severa intervenção policial para o restabelecimento da ordem.

Veja-se que não se pode afirmar que a escolha de uma ou outra abordagem configure uma mentira, ainda que seja razoável exigir-se que uma matéria equilibrada apresente as duas faces da moeda.

Voltando ao Brasil, temos outro exemplo: recentemente foi aprovada pelo Congresso a reforma da Previdência proposta pelo governo federal. Independentemente de que se concorde ou não com ela, é indiscutível que os órgãos da grande imprensa lhe deram uma cobertura extremamente simpática. Raramente adversários da reforma ocuparam os mesmos espaços cedidos a seus defensores nas rádios, na TVs, nos jornais ou nas revistas.

Seria desejável que, no noticiário, os dois lados da questão fossem apresentados, deixando-se para os editoriais (que refletem as posições dos jornais) ou os artigos de opinião a defesa de cada um deles. Mas é forçoso reconhecer que nem sempre (ou quase nunca...) foi assim.

Recentemente outra questão tem merecido a atenção dos analistas: as chamadas fake news. A rigor, se forem entendidas como a propagação de informações falsas na luta política, elas sempre existiram. Na eleição presidencial que levou o general Eurico Gaspar Dutra ao governo, em dezembro de 1945, a deturpação de uma declaração de um apoiador de seu adversário, o brigadeiro Eduardo Gomes, que foi amplamente divulgada (a célebre história dos votos de “marmiteiros”) cumpriu um papel decisivo.

No entanto, mais recentemente, o advento das redes sociais trouxe um espaço muito maior para a sua divulgação de notícias ou acusações falsas. Ao contrário do que ocorre com matérias divulgadas na grande imprensa, nas redes sociais muitas vezes os alvos de notícias mentirosas não tomam conhecimento delas, e, por isso, não têm como se defender, desmenti-las ou apresentar sua versão. Não à toa foi instalada uma CPI sobre Fake News no Congresso Nacional.

Este é um tema que aponta uma reflexão séria e aprofundada sobre o papel da imprensa e da difusão das informações na sociedade moderna, assim como sua relação com o fortalecimento da democracia deve abordar. Como se vê, as questões relacionadas com o papel e a importância da imprensa são múltiplas e não têm fácil solução. De qualquer forma, podemos alinhar algumas conclusões:

1. Não há democracia sem uma imprensa que veicule informações fidedignas para o conjunto da sociedade. São elas que vão possibilitar a cada cidadão formar sua opinião sobre os temas em debate. Assim, uma imprensa livre, abrangente e honesta é condição para que se construa uma sociedade efetivamente democrática.

2. O jornalismo não está entre as ciências exatas. Se a censura é inadmissível em qualquer situação, o processo de edição das matérias jornalísticas tem necessariamente um componente subjetivo e, por isso, não pode ser enquadrado num esquema de certo e errado. Duas matérias essencialmente diferentes retratando um mesmo fato podem não ser desonestas.

3. Ainda assim, uma edição responsável e correta, mesmo que valore mais um ou outro aspecto, não

deve editorializar as notícias ou esconder aspectos da realidade de forma a ludibriar o leitor/ouvinte/telespectador, não lhe proporcionando todos os elementos para uma avaliação da realidade.

4. Por fim, é necessário fortalecer na sociedade o hábito de consumir criticamente o material veiculado pelos órgãos de imprensa. Se a imprensa pode e deve ter uma posição crítica sobre a realidade, ela pode e deve também ser criticada. Se isso acontecer, claro, todos têm a ganhar: a sociedade, a democracia e, por fim, a própria imprensa – sempre que ela busque ser honesta.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2019.

Cid Benjamin
Conselheiro do Conselho Editorial do Senado

.....

Prefácio II

Um clássico da imprensa liberal

*CHRISTIAN EDWARD CYRIL LYNCH*¹

Figura suprema do liberalismo brasileiro, Rui Barbosa travou suas batalhas pela democracia valendo-se das tribunas que dominava com maestria desde a mocidade: a parlamentar, a judiciária e jornalística. Senador da República e mais famoso advogado do Brasil,

1 Pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Rui considerava-se, antes de tudo, jornalista. A razão era simples: ele considerava o jornalismo como a atividade primária a partir da qual, pela veiculação de suas ideias liberais, era possível sustentar sua ação política e forense em prol da consolidação do Estado de direito no Brasil. É bom lembrar que, até a época de sua morte, a atividade política era praticamente monopolizada pelos bacharéis em direito. Os futuros advogados começavam sua luta por notoriedade escrevendo nos jornais dos centros acadêmicos das faculdades de direito. Era pela prática do jornalismo estudantil que os moços que granjeavam fama para atrair seus primeiros clientes e chamar a atenção dos chefes partidários de suas províncias, para recrutá-los para a carreira política. Este foi o caso de Rui que, cooptado pela família Sousa Dantas, foi contratado como redator-chefe do jornal deles, *O Diário da Bahia*, periódico do Partido Liberal. Sua trajetória de mais de cinquenta anos de vida pública seguiria paralela à atividade jornalística, escrevendo ainda no *Jornal do Comércio*, no *Diário de Notícias*, no *Jornal do Brasil*, em *A imprensa*; *O imparcial*; *A Tribuna* e *O País*. Senador da República, advogado militante, Rui retornaria ao jornalismo sempre que sentisse a necessidade de se posicionar publicamente em uma campanha em defesa de uma causa relevante: a abolição da escravidão, a federação das províncias, a defesa da Constituição pelo

judiciarismo, a efetividade democrática pela verdade eleitoral, a entrada do Brasil na Grande Guerra, a igualdade entre as nações nos órgãos internacionais.

O testamento de Rui Barbosa como jornalista foi *A imprensa e o dever da verdade*, conferência que ele redigiu no ano de 1920 para proferir na Bahia, em evento que não se realizou em razão de seu estado de saúde. Seu texto costuma ser apresentado quase sempre acompanhado de *Oração aos moços*, outra conferência escrita à mesma época e que também não foi proferida, por idêntico motivo. Olhando de perto, porém, há diferenças significativas entre os dois textos. Mestre da oratória clássica, Rui elaborava suas conferências seguindo as regras de Cícero e Quintiliano, que as dividiam em exórdio, enunciação, exposição, confirmação e peroração. Verdadeira obra-prima do gênero, a *Oração aos moços* apresenta todos aqueles momentos, ao passo que *A imprensa* parece ter sido publicada inacabada, no meio da exposição. Além disso, ao contrário da *Oração*, redigida à juventude em um tranquilo tom confessional, quase de pai experiente para o filho que vai começar a vida adulta, *A imprensa e o dever da verdade* é principalmente um requisitório indignado – às vezes furibundo – contra o processo de corrupção pelo governo da imprensa e uma defesa apaixonada da

ética que deveria prevalecer na atividade jornalística. A explicação dessa diferença talvez radique no contexto de produção da conferência, muito influenciado pelos vaivéns da política baiana. Rui apoiara o candidato Paulo Fortes nas eleições estaduais, candidato de oposição que, diante da vitória fraudulenta da situação, pegou em armas e marchou para a capital. Desesperada, o governo baiano requisitou a intervenção federal, afinal decretada em benefício da oligarquia estadual sua aliada. Indignado, Rui interpelara o presidente Epitácio Pessoa em uma série de artigos que seriam publicados com o título de *O art 6º da Constituição e a intervenção de 1920 na Bahia*. Criticado pelos jornais governistas baianos, Rui deles se queixaria amargamente em sua conferência, atribuindo as acusações à venalidade dos jornais. Mas a compra de jornalistas pelo governo na Bahia era praticada pelo situacionismo oligárquico conservador no país inteiro. Tanto assim que, no exórdio de *A imprensa e o dever da verdade*, ele se queixaria amargamente de seus adversários, que o consideravam “um orador palavreiro e tedioso”, autor de conferências “largas e derramadas” que eram verdadeiras “canseiras”. Ele se defenderia: além de ter de usar suas conferências para se defender das acusações a ele dirigidas pelo establishment republicano, suas conferências nada teriam de tediosas. Elas gozavam de larga e espontânea audiência

e reuniam “a nata da sociedade brasileira, a flor das suas várias classes, o escol de todas as profissões, o melhor da nossa cultura”.

Passando ao tema da conferência, Rui sublinhava a importância da imprensa livre que deveria servir de bússola e censora do governo representativo: “A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe”. A imprensa livre era órgão da opinião pública e garantia da publicidade da atividade política, indispensável para defender o Estado de direito contra a politicagem oligárquica e autoritária. Uma imprensa “livre, isenta e moralizada”, que prevalecia em países democráticos como a Grã-Bretanha e os Estados, era o pesadelo de autocratas como Bonaparte e Bismarck, que a queriam “deteriorada, servilizada ou mercantilizada”. Livre durante a monarquia, a imprensa se corrompera juntamente com o regime republicano. O mal das repúblicas latino-americanas residia no fato de que, transplantando as instituições livres dos Estados Unidos, suas elites não as conseguiam praticar sinceramente, tornando-as verdadeiros “aleijões constitucionais”. O presidencialismo era um sistema de governo que degenerava invariavelmente, na região, em irresponsabilidade e autocracia. A degeneração da república brasileira ficava patente, justamente,

pela prática da compra dos jornais pelos governos. O caso sempre lembrado era o do presidente Campos Sales, um dos ícones do conservadorismo oligárquico, que confessara a prática em suas memórias, sob o eufemismo de “subvenção à imprensa”. Isso era péssimo para a democracia brasileira, porque em um país de jornalistas vendidos não era possível auscultar o sentimento da nação, nem fazer prevalecer a verdade política:

Insisto em reagir contra a lepra, com que a política dos nossos dias está grassando o jornalismo brasileiro. Tenho certeza, adquirida na experiência do mundo inteiro, que este mal de modo e bafio, criado á sombra e no charco, não se cura senão a poder de ar livre e luz solar. É obra da mentira; e a mentira não se medica homeopaticamente, com os seus semelhantes. O remédio da mentira está na verdade. A República, entre nós, se consagrou no culto da mentira. Só nos salvaremos, opondo a essa idolatria a religião da verdade.

Sem prevalência pública da verdade acerca dos negócios públicos, era impossível sustentar a moralidade do Estado do direito. O jornalismo brasileiro deveria se mirar no exemplo dos países sempre apontados como exemplares por Rui em razão de seu liberalismo democrático: a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Era justamente o caráter livre, independente e moralizado da imprensa

norte-americana que coibia a corrupção política naquele país, servindo de represa aos seus efeitos daninhos: “O que se tem feito sempre, nos Estados Unidos, é investir sem piedade contra esses desaforos, e entregá-los a uma publicidade inexorável”. No Brasil, ao contrário, a imprensa havia se deixado contaminar pelo reino da mentira instaurado pela “podre oligarquia, que nos submerge em opróbrio”. O *establishment* republicano oligárquico, em seu conservadorismo crônico, não percebia que, ignorando as vozes dos liberais, que queriam reformas, levavam o país para o abismo da revolução (que de fato viria depois de sua morte, em 1930). Era esse o ponto da conferência, aquele em que Rui enunciava seus princípios como jornalista, e que deveriam ser aqueles de todo e qualquer profissional consciencioso de seus deveres para com a sociedade. Em um tempo em que a difusão de *fake news* por parte de milícias digitais relativizam permanentemente a ideia de verdade, as palavras de Rui acerca da ética profissional do jornalista merecem ser ouvidas com muita atenção:

Não transigir com a força, o poder ou o escândalo; falar dos crimes públicos tanto mais alto, quanto mais graduados sejam; romper com mão intrépida o sigilo, onde se encovam os vícios cortejados; trocar todos os cômodos pelos riscos de ser o missionário da verdade, quando em torno dela tropeia, de arco e flecha, na selvagem dança

dos aborígenes da república brasileira, a sanha dos nossos civilizados, os barbarizados da política nacional, os autores do retrocesso moral do Brasil.

Pode-se aqui concluir essa apresentação, sublinhando que o caráter inacabado da conferência não compromete a clareza da lição deixada por Rui Barbosa quanto ao papel de uma imprensa livre e moralizada para a manutenção do Estado de direito para as gerações atuais. Enquanto houver espírito de liberdade nos meios de comunicação no Brasil, a mensagem de *A imprensa e o dever da verdade* sobreviverá.

*A Imprensa e o dever
da verdade*

RUI BARBOSA

Ninguém terá mais pena que eu dos grandes auditórios condenados por si mesmos a ouvir as minhas conferências, largas e derramadas como costumam ser. Ninguém se condoerá mais que eu dessas vastas assembleias, cuja abnegação de si próprias as oferece (coisa estranha e desnatural), tão de sua vontade e tantas vezes, ao suplício de virem escutar um orador palavreiro e tedioso, qual me pintam os meus inimigos.

Não basta a me absolver de tamanha culpa o serem esses mesmos comícios e, como os outros, este de agora, os que vêm buscar estas maçaduras, os que a elas de boa mente se entregaram.

Poderiam ser, quiçá, pecadores em via de arrependimento, que, dando neste gênero singular de macerações,

quisessem aqui ciliar-se das suas dores de consciência, sujeitando espinhaço e lombo à rijeza e desmedimento destas.

Então, ainda que se dessem essas boas almas, elas mesmas, de pura vontade sua, ao tormento dos meus discursos, não era de bom cristão desapiedar-me eu tanto do próximo, que me sentisse bem no papel de instrumento destes tratos de bordoadada seca em quem ma não devia merecer.

Mas, senhores, considerai, antes de mais nada, que, nisto houvera mal, não poderia haver maldade; pois, com as minhas moedeiras, o primeiro moído, e de ordinário mais que todos, há de ser o seu próprio autor.

Atentai, depois, em que nada são do meu gosto estas canseiras, vossas e minhas. Não o são, nem podem ser. Antes a elas me acuam os meus perseguidores, sem razão, justiça, nem verdade; e, posto entre o cutelo e a parede, ou lhes hei de entregar a reputação e as ideias, como a bolsa a salteadores, ou vindicá-las a todo o poder que eu possa, esgotando as larguezas e franquias reconhecidas sempre, em toda a parte reconhecidas, não só na legítima defesa da vida e inteireza física, mas na da honra, na do nome, a das convicções, que mais do que aqueloutra vale e presta.

Isto posto, esta minha a que por aí chamam prolixidade, bem fora estaria de merecer os desprezinhos, que

nesse vocábulo me torcem o nariz. A mais copiosa das orações não é, ainda assim difusa, quando o assunto não comporta menos dilatado tratamento. Não haverá prolixidade, em não havendo sobejidão; e o discurso não entra a cair no vício de sobejo, senão quando excede a medida à matéria do seu tema. Só principia a superabundância, onde se começa a descobrir a superfluidade.

Nestas apreciações de tamanho não se percam de vista as noções de relatividade e proporção. A *Iliada* consta de vinte e quatro rapsódias, e de vinte e quatro a *Odisseia*. Já o grande poema de Virgílio, a *Eneida*, não se compõe senão de doze livros, nem mais de outros tantos deu Milton ao seu *Paraíso Perdido*. Com *Os Lusíadas* ainda baixa a conta: são apenas dez cantos. Mas os da *Divina Comédia* montam a cem. E quem, por isto, irrogaria ao Dante a nota de perluxo? O florentino responderia com vantagem, que, onde couberam os heróis de Homero, Virgílio, Milton e Camões, não caberia o Inferno, o Purgatório e o Paraíso, Deus, o tempo e a eternidade.

Num hectare há, decerto, muito menos prolixidade que num quilômetro quadrado. Mas evidentemente, onde se acomoda um jardim ou uma chácara, não haverá espaço, onde chegue uma aldeia, ou uma cidade. Muito

mais avulta e pesa um tonel do que um litro. Mas ninguém meterá duas pipas de vinho numa garrafa.

Assim, o escritor curto em ideias e fatos será, naturalmente, um autor de histórias curtas, assim como de um sujeito de escasso miolo na chola, de uma cabeça de coco velado, não se poderá esperar senão um político “de breves análises” ou chochas tolices. Mas, onde não minguar o conteúdo, não pode ser minguido o continente.

Em quatro palavras se poderá encartar uma calúnia. Mas pode ser que a demonstração da falsidade não caiba toda num discurso. Uma só proposição dará, talvez, para se verter no espírito humano um erro tremendo. Mas, uma vez lançado ao mundo, sabe Deus que de contestações, raciocínios e debates se não cansariam, porventura, ainda assim, de balde, em lhe dar combate.

Legítima defesa

Quando, por exemplo, me quiseram criminalizar de inimizade às classes militares, bastaram duas palavras, para articular a intrujice. Está mesmo nos interesses da mentira a brevidade em investir e saltar; pois, quanto mais encolhida, menos dará por onde a colham. Mas, justamente porque nada miudeia, nada restringe, e não distingue nada, por isso mesmo obriga ela o caluniado a varrer todo

o espaço da sua vida, abrangível no vago e amplo da refalsada assacadilha.

Ora esse campo, no meu caso, era o de uma existência, por onde, vai para mais de quarenta anos, se precipitam, quase em torrente, ideias e atos, agitações e lutas, reverses e conquistas, de que a história do país guarda vestígios sensíveis. E toda essa extensão me era necessário inquirir, correr, esquadrinhar, para tirar a limpo a minha inocência, com os passos do meu caminho, com os documentos da minha ação, com os pedaços da minha vida.

Sem esses dados, palpáveis de liquidação, acabaria eu, por fim, malbaratando tempo e trabalho. Era materializando a prova, meridianizando a evidência, matematisando a certeza, que eu havia de opor, um dia, paradeiro mortal a invencionice de tão má morte, mas tão dura de morrer.

Como, porém, vingaria eu não me sair em vão desse intento, a não ser juntando a cada asserto o seu documento específico? A não ser avultando cada episódio relevante no seu meio histórico, por onde se lhe aviste a expressão, e se lhe descubra o caráter? A não ser ganhando à intriga palmo e palmo a superfície, onde ela se incrustou como sarna castelhana? A não ser carregando o discurso de copiosidades e longuras, a que não perdoaria um

orador galante, ligeiro e cortesão do mimo de ouvintes melindrosos?

O orador e seus auditórios

Pouco se me dará, pois, de que, entre certa laia de gente, se abocanhem de estopadas estes meus colóquios com o povo, quando os que deles se maçam não vêm a ser, afinal, senão os que eles amassam. Em vez de os desaparecer por excesso nas dimensões, como a gêneros de refugo, nos quais com a quantidade apenas varia o custo do carreto, muito mais justo seria havê-los na estima, em que os deve cotar a honra do acolhimento, com que sempre me têm distinguido, em condições extraordinárias de apreço e aplauso, todos, os auditórios, entre os quais até agora se me deu azo de falar.

Não negaria eu, decerto, quanto vai de temeridade em me alongar tanto quanto da medida usual me tenho alongado, quando me abalanço a falar, como tantas vezes me tem acontecido, a multidões por três e quatro horas a fio. Mas não será menos certo que, durante essas três ou quatro horas de enfiada, me têm elas sempre escutado a pé, quedo, não a se espreguiçarem, não cochilando, bocejando, ou sussurrando, mas atento, comovendo-se, exaltando-se, indignando-se comigo, sublinhando, ponteando,

interrompendo, a cada período, a cada momento, às vezes frase a frase, com os sinais mais calorosos de adesão, com aplausos gerais, com apartes de solidariedade, que não raro vão até além da intenção do orador; e, ao acabar de cada um desses meus estirões, que a incansável acrimônia dos meus desafetos pinta como chorros de palavreado, o recinto contém ainda a mesma concorrência do começo, não aumentada, porque já de princípio mais não comportava.

Ora nunca houve, em nenhum desses comícios que me têm dado a honra de afluir aos meus sermões de pregador excomungado pelos ortodoxos do poder e seus asseclas, — em nenhum deles houve jamais atrativos de espécie alguma, com que se pudessem desentediá-los ouvintes aborrecidos. Nem cantores, como na ópera. Nem intervalos, como no teatro. Nem sinfonias, como nos concertos. Nem músicas, como nas festas. Nem distrações de qualquer ordem, como nos jogos, nas corridas, nos bazares, nas quermesses. Nada mais que o orador e sua oração, espriada em horas sucessivas de audição ininterrupta.

Que enigma então seria o do persistir de tais concorrências, o da renovação e vibração desses auditórios pés-de-boi e coiros-de-anta, que, quanto mais sovados, mais agradecidos pela sovadura, mais entusiasmados com o sorador? que armazenam horas de sova, palmeando, em lugar de gemerem, ou dormirem, de vaiarem, ou

se evadirem? que, convidados outras vezes, outras tantas volvem, recontentes, ao sovadoiro, como se, insaciáveis de moidelas, ardessem, na inconcebível mania, por novos derreaços? Que mistério seria o dessa atração inexplicável, a não supormos no público das mais cultas metrópoles brasileiras um mal desconhecido, uma espécie de cretinação ainda não registrada nos quadros nosológicos do hebetismo?

Nesses concursos extraordinários, que, aqui, no Rio, em Minas, em São Paulo, me têm dado tantas vezes a sua atenção, e com o fervor de suas simpatias me têm aviventado, vimos representar-se, vezes sem conta, a nata da sociedade brasileira, a flor das suas várias classes, o escol de todas as profissões, o melhor da nossa cultura.

Todos esses elementos seletos da nossa civilização, todos esses dignos exemplares das nossas qualidades morais, toda essa contribuição da inteligência nacional, do progresso nacional, do civismo nacional, se têm juntado, entretanto, e tornado a juntar, inúmeras vezes, para ouvir e aplaudir, animar e vitoriar, nas suas reincidências, o brasileiro degenerado, o malfeitor público, o cadimo réu de incivismo, que, de relapsia em relapsia, acabou constituindo-se o criminoso-mor do Brasil. O escândalo do seu pudor a trombeta da sua desonra.

O grande criminoso

Ouvistes bem, senhores? (Volvo a este assunto, porque as provocações reteimam.) Atentastes bem, senhores? Há, hoje em dia, nesta nossa terra, um réprobo, um precito, um anátema da nação, que, de uma política, uma sociedade e um régimen cândidos como o arminho e intemeratos como a neve, põe timbre em fantasiar um régimen, uma sociedade e uma política indignas de um povo livre, de uma raça honesta, de uma sociedade civilizada. Esse maníaco da infamação de seu país sou eu. Na pureza da honra desse país só uma nódoa existe: a da minha existência.

Se, daqui a dois anos, ao celebrar do nosso centenário nacional, me houvesse Deus chamado à sua paz, o nosso torrão natal se acharia escorreito, límpida a nossa reputação como a de um recém-nascido, esplendente a nossa candidez como a de um recém-nascido, esplendente a nossa candidez como a de uma estrela desnublada; e, no bródio da emundação desagradadora, poderiam bailar a ronda dos inocentes, sobre a minha maculada memória, os moralistas do segredo, os doutores da hipocrisia e os rabinos da mentira.

Segredo e mentira

Vede, senhores, vede se não é a clandestinidade, a hipocrisia, a mentira o que eles querem, e se lhes meteu nos cascos obrigar-me a querer. A minha culpa mais crime de lesocivismo está em clamar contra uma praga pública, de cuja existência todos sabem, todos se lastimam, todos se aterram, mas na qual poucos ousam pôr a boca; porque, murmurando-a, se arrisca o temerário aos despiques de um poder irresponsável, que, moralmente, põe e dispõe da vida e da morte, dando ou tirando a honra, erigindo ou demolindo nomeadas, convertendo a santidade em corrupção e a corrupção em santidade.

A imprensa

A imprensa é a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alveja, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça.

Sem vista mal se vive. Vida sem vista é vida no escuro, vida na soledade, vida no medo, morte em vida: o

receio de tudo; dependência de todos; rumo à mercê do acaso; a cada passo acidentes, perigos, despenhadeiros. Tal a condição do país, onde a publicidade se avariou, e, em vez de ser os olhos, por onde se lhe exerce a visão, ou o cristal, que lha clareia, é a obscuridade, onde se perde, a ruim lente, que lhe turva, ou a droga maligna, que lha perverte, obstando-lhe a notícia da realidade, ou não lha deixando senão adulterada, invertida, enganosa.

Já lhe não era pouco ser o órgão visual da nação. Mas a imprensa, entre os povos livres, não é só o instrumento da vista, não é unicamente o aparelho do ver, a serventia de um só sentido. Participa, nesses organismos coletivos, de quase todas as funções vitais. É, sobretudo, mediante a publicidade que os povos respiram.

Todos sabem que cada um de nós tem na ação respiratória, uma das mais complexas do corpo, e uma das em que se envolvem maior número de elementos orgânicos. A respiração pulmonar combina-se com os tecidos, para constituir o sistema de ventilação, cuja essência consiste na troca incessante dos princípios necessários à vida entre o ar atmosférico e o sangue, da circulação do qual vivemos. Nos pulmões está o grande campo dessas permutas. Mas os músculos também respiram, e o centro respiratório se encontra, bem longe do aparelho pulmo-

nar, nesse bulbo misterioso, que lhe preside à respiração, e lhe rege os movimentos.

Da mesma sorte, senhores, nos corpos morais, nas sociedades humanas, essa respiração, propriedade e necessidade absoluta de toda célula viva, representa, com a mesma principalidade, o papel de nutrição, de aviventação, de regeneração, que lhe é comum em todo o mundo orgânico, animado ou vegetativo.

Nos indivíduos, ou nos povos, o mundo espiritual também tem a sua atmosfera, donde eles absorvem o ar respirável, e para onde exalam o ar respirado. Cada um dos entes que se utilizam desse ambiente incorpóreo, desenvolve, na sua existência, graças às permutas que com esse ambiente entretém, uma circulação, uma atividade sanguínea, condição primordial de toda a sua vida, que dele depende. Não há vida possível, se esse meio, onde todos respiram, lhes não elabora o ar respirável, ou se lhes deixa viciar pelo ar respirado.

Entre as sociedades modernas, esse grande aparelho de elaboração e depuração reside na publicidade organizada, universal e perene: a imprensa. Eliminai-a da economia desses seres morais, eliminai-a, ou envenenai-a, e será como se obstruísseis as vias respiratórias a um vivente, o pusésseis no vazio, ou o condenásseis à inspi-

ração de gases letais. Tais são os que uma imprensa corrupta ministra aos espíritos, que lhe respiram as exalações perniciosas.

Um país de imprensa degenerada ou degenerescente é, portanto, um país cego e um país miasmado, um país de ideias falsas e sentimentos pervertidos, um país, que, explorado na sua consciência, não poderá lutar com os vícios, que lhe exploram as instituições.

Do ótimo ao péssimo

O ótimo facilmente desanda, aqui, no péssimo. Quanto maior o bem, maior o mal, que da sua inversão procede. Nada mais útil às nações do que a imprensa na lisura da sua missão. Nada mais nefasto do que ela mesma na transposição do seu papel. Se o fiel der em ladrão, não haverá, neste mundo, ladrão tão perigoso. Porque bem poucos são os que dos seus guardas se guardam. *Quis custodiet custodes?* Sendo eles os a quem se confia a chave ou vigilância da caixa, em se lhes inclinando o ânimo à prevaricação, o remédio já chegará tarde, quando a malversação já houver levado os malversadores ao senhorio, e reduzido à sujeição os enganados.

Todo o bem que se haja dito, e se disser da imprensa, ainda será pouco, se a considerarmos livre, isenta e

moralizada. Moralizada, não transige com os abusos. Isenta, não cede às seduções. Livre, não teme os potentados.

Na sua liberdade, já em 1688, via o Parlamento de Inglaterra “o único recurso pronto e certo contra os maus”. E não exagerava. Como não exagerou Sieyès, dizendo que “não há liberdade sem a da imprensa”. Como não exagerou Royer-Collard em dizer que “a imprensa, ainda, mais que necessidade política, é uma necessidade social”. Como não exagerou quem disse que a imprensa é a garantia de todas as garantias. Como não me parece ter exagerado quem escreveu que a civilização, extinto o jornalismo, nos daria a impressão de um como fim do mundo.

Mas, se não há demasia em tantas e tais homenagens (nem lhas terá ninguém rendido mais do que eu) e se os direitos dessa instituição providencial vão ao ponto de entenderem, num país de bom senso como a Grã-Bretanha, estadistas do gênio de Pitt que “a imprensa deve tocar o encargo de se corrigir a si própria”, por isso mesmo não há, para qualquer sociedade, maior desgraça que a de uma imprensa deteriorada, servilizada, ou mercantilizada.

Tampouco haverá bem mais arriscado a depravar-se em mal do que esse bem dos bens, numa nação como a nossa, cujo governo, de relações ordinariamente extintas

com os seus deveres, busca apagar as luzes e correr os reposteiros sobre as cenas da sua habitual imoralidade.

Mau governo, má imprensa

Todos os regimens que descaem para o absolutismo vão entrando logo a contrair amizades suspeitas entre os jornais. Bem se sabe, por exemplo, o que, a tal respeito, foi o império de Napoleão III. Mas na Alemanha, debaixo da influência bismarckiana, é que se requintou, em proporções desmedidas e com inconcebível generalidade, essa anexação da publicidade ao governo.

Vai por cerca de cinquenta anos que um historiadador prussiano, dos mais notáveis de sua terra, o professor Wuttke, lente na Universidade de Leipzig, escrevia o seu célebre livro sobre a verba dos reptis (*Reptilienfond*), livro clássico no assunto.

Por ele se veio a saber que, com o nome de Repartição da Imprensa, Bismarck estabelecera, às margens do Spree, a mais vasta fábrica de opinião pública até então conhecida, e lhe derramara as filiais pelo mundo inteiro.

É um depoimento estupendo acerca desse terrível mecanismo, graças ao qual, há mais de meio século, o gabinete de Berlim se considerava “senhor de toda a imprensa”. Foi por esse meio que se aparelhou a vitória

alemã contra a Áustria, em 1866, se vingou o triunfo alemão contra a França, em 1871, e estava organizada para 1914 a inundação do mundo pela Alemanha.

Por meio desses recursos diabólicos é que, desde a falsificação da ordem do dia de Benedeck, no primeiro desses assaltos, e a do telegrama de Ems no segundo, até às monstruosas fábulas que caracterizaram o terceiro, se maleou, nas forjas da mentira, para a execução das vontades da casta militar, essa nacionalidade enganada e alucinada, que desperta agora aturdida entre as decepções da mais inesperada realidade.

A surpresa desse acordar entre ruínas tais, desse cair de tão vertiginosa altura em tão incomensurável abismo, lampeja com uma claridade sinistra sobre o regime, que ora se vai introduzindo no Brasil, de apagamento da consciência das nações pela imersão habitual do seu espírito e costumes na cultura da mentira.

Maus exemplos

Ora, assim nas autocracias, como nas oligarquias, o poder corre ao encontro dos maus exemplos, como a limalha ao do ímã.

No Brasil, a Monarquia não padeceu, sensivelmente, desse vício. Mas a República, adernando logo ao

começo da sua inauguração constitucional, como nau que mete água dentro ao sair do porto, simpatizou com esses modelos, e foi já, desde os seus mais verdes anos, prematurando, com a corrupção da sua primeira idade, a obra do tempo.

Irresponsabilidade

Só onde os povos se costumaram a tomar contas aos seus administradores, e estes a dar-lhas, é que os homens públicos apreciam as vantagens dos regimes de responsabilidade.

Nestes aleijões constitucionais da América Latina, como o Brasil, nestes míseros tolhiços de repúblicas, que tal qual o pau torto de nascença, tarde, mal ou nunca se endireitam, o ideal dos governos está na irresponsabilidade.

Essa intransigência em que o nosso mundo político se abrasa pelo sistema presidencial, negando pão e água a qualquer traço de ensaio das formas parlamentares, não se origina, realmente, de nenhum dos motivos assoalhados, não tem nascença em considerações de ordem superior, não vem de que os nossos políticos bebam os ares pela verdadeira prática republicana. Não, senhores. Pelo

contrário, o de que se anda em cata é só da irresponsabilidade na política e na administração.

Na irresponsabilidade vai dar, naturalmente, o presidencialismo. O presidencialismo, senão em teoria, com certeza praticamente, vem a ser, de ordinário, um sistema de governo irresponsável.

São os sólidos costumes políticos dos Estados Unidos e o vigor daquela extraordinária democracia o que ali escoima o presidencialismo desse caráter, para volta ao qual, aliás, de contínuo lhe está fazendo força a índole do regime.

Imprensa e presidencialismo

A expressão dominante desses costumes é a imprensa, que, nos governos dessa fórmula constitucional, substitui, como órgão da opinião pública, o mecanismo da responsabilidade ministerial nos países parlamentares.

Era mister, pois, inutilizar a imprensa, tirando-lhe a virilidade, emasculando-a n'alma, jarretá-la, de pés e mãos, para não atacar, nem resistir, avezá-la a pôr loja de algibebe e casa de encobrideira, onde os governos sobrevestissem os rebuços de suas mascaradas, e encantoar, com as presas dos seus crimes, a verdade dos seus atos.

O pior messalinismo

Converter o nosso jornalismo, todo, em feira de chatins, certo que o não poderiam. A melhor e, com probabilidade, a maior parte dele escaparia do vergonhoso industrialismo.

O cálculo, porém, está em que, encravados alguns focos de pestilência no meio do povoado, todo ele, de grau a grau, se vaiapestando.

Mas o fino da esperteza consistiria, principalmente, em que, contestando a imprensa com a imprensa, fronteando com a imprensa veraz a imprensa professa na mentira, açulando contra a imprensa incorrupta uma imprensa de todas as corrupções, lograria este sistema desatinar a opinião pública, deixá-la muitas vezes indecisa entre o rasto da verdade e o da mentira, ou, muitas outras, induzi-la a tomar a pista falsa pela verdadeira.

Nestas suas traças não errou o tino dos políticos brasileiros. Muitas almas se abroquelaram à sua inteireza e não caíram. O jornalismo não perdeu todos os presídios da sua honra. Mas ainda aqui se viu que é sempre sem número o número dos tratantes, que a ralé dos traficantes não tem conta. Ao derredor do poder formigueja a multidão venal, e os governos, se algum embaraço topam, é em dar vazão ao número de mascates da palavra escrita.

Por mais que o público os conheça, estes vacilam, aqueles desnor-teiam, aqueloutros já suspeitam, ou chegam a crer, e, quando não pegam as bichas no país, vão pegar no estrangeiro, onde as agências amesendadas ao banquete do orçamento roboram com a venalidade telegráfica a venalidade jornalística, irmanadas e amatalotadas na obra torpe de embair a nação e o mundo.

Toda essa triste súcia, podre dos quatro costados, não distingue entre Deus e o Demo. Mas tem a religião do embornal, guarda a fé na manjedoura, ou no cocho, e adora o milho. O milho é o ídolo dos afocinheiros da mentira.

Outrora se amilhavam asnos, porcos e galinhas. Hoje em dia há galinheiros, pocilgas e estrebarias oficiais, onde se amilham escritores.

Mas, de cúmulo em cúmulo, a mais ainda, é que, no próprio seio do jornalismo, se lança de uns a outros o labéu de “amilhado”, e, entre os seus membros, nas reconvenções e retaliações e recriminações ordinárias, se conjuga em todos os tempos, modos, números, ou pessoas, o verbo *amilhar*.

Eis o que eu digo, o que eu disse, o que eu tenho dito, o que eu direi; e, se todos o não disserem comigo alto e bom som, passo e baixo todos o dizem, nem haverá quem o não diga.

Assim, pois, de boca em boca, e de ouvido em ouvido, e de conversa em conversa e de sussurro em sussurro, neste dizer de toda a gente murmura, cresce, engrossa por aí fora, a voz geral, o escândalo geral, a crença geral de uma prostituição de consciências mais contagiosa que a das mulheres de mau viver, de um messalinismo pior que os dos lupanares, custeado a expensas do Tesouro Nacional ou dos tesouros dos Estados, para burlar a Nação, endeusando os seus emporcalhadores, e atassalhando com ultrajes inauditos os seus homens de honra.

Rascas na assadura

Não será esta a verdade? Se o não é, levante-se dentre vós, senhores, um homem de franqueza e mo conteste. Não se levantará, decerto, ninguém. Lá fora mesmo, quando soa alguma voz a gaguejar doutorices e gravidades, a pleitear indulgências e biocos, todo o mundo está sentindo, nessas sabichonarias de protocolo, nesses desmentidos mal engrolados, o fartum das secretarias, o bafio dos arranjos encapados, as advocacias em causa própria, as rascas na assadura dos abusos, denunciados.

Confessos

Porque, senhores, a verdade tristíssima dessa nossa desmoralização já se tornou histórica. Nem se contesta mais senão para os basbaques da galeria.

Não é só a prova circunstancial o que a põe de manifesto. Não é só a prova sobejamente clara na evidência dos fatos. É, ainda, mais visível e materializada no rosto dos autos; pois até provas de confissão aqui temos. *Reum confitentem habemus.*

Aí por começos deste século ou fins do outro, quando redigia *A Imprensa*, arguí o governo federal de subornar jornalistas; luxo, que, segundo testemunhos, cuja fé me não podia deixar em dúvida, já nos andava custando alguns milhares de contos.

A publicidade presidencial negou rasamente a increpação, tachando, com aspereza, de calúnia redonda a minha denúncia. Não se desembolsara. Não se desembolsara coisa nenhuma com os honrados periodistas daquele tempo, que ainda não vai longe, apesar de se falar em séculos no cômputo da sua extensão. Ilibados eram todos. A taça do entusiasmo, que cada manhã se lhes enchia e transbordava era, desde o fundo até às verteduras, limpa de interesse. Não havia laivo metálico entre as bolhas do champanha espumante nas homenagens ao governo.

Pois bem, senhores. Anos depois escreve o presidente de então as memórias da sua passagem pelo Catete. Estava, ao parecer, o ilustre político em maré de sinceridade e candidez. Deu-lhe para falar com o coração nas mãos. Pressentia – quem sabe? – pressentia, talvez acercar-se-lhe o dia da conta, que a todos nós há de chegar, e fazia como os religiosos de certos mosteiros de outro tempo, que antes de se acostarem à cama, se metiam no espulgatório, para sacudir o fato, e não levarem aos colchões os incômodos insetos.

O honrado brasileiro quis espulgar-se para a eternidade, desinçando a consciência, em ato público, do pulguedo, que o mordera na consciência, o esmordaçava na reputação, e ainda o estaria mordicando nos escrúpulos.

Quis, e fez. Pôs a boca no mundo e confessou, a medo, nas confidências do testamento, o que, durante a vertigem da sua possança, mandara desmentir com indignação e desabrimento. Gastara, sim, gastara com a imprensa, mas não tanto quanto os malevolentes haviam propalado.

Aqui estão as suas próprias palavras. “Qualificando de criminosa a minha conduta”, dizia ele, “e pretendendo dar uma agravante ao crime, os adversários do meu governo fizeram constar que as despesas com a imprensa montaram

a uma soma avultadíssima, que calcularam em seis a oito mil contos...”.

O meu cálculo, senhores, não subia a tantos milhares. Mas continuemos a escutar a voz de além-túmulo: “No Banco do Brasil”, prosseguia o depoente, “encontra-se a conta corrente do movimento do Tesouro, *onde eram escrituradas estas despesas* que não excedem a mil contos de réis.”²

Aí está, senhores. Que mais eloquente documento histórico se poderia imaginar ou exigir do que este? Nele tendes confessada, por um ex-presidente, da mais ortodoxa honestidade, a compra de jornais pelo governo, ou o derrame, pelo governo, de liberalidades pecuniárias entre os jornais.

A linguagem não lhe desliza de serena, senão para estranhar aos seus adversários a injustiça de o tomarem por alvo de censuras, “pretendendo” ver nesse uso administrativo “uma agravante do crime”, para dissimular o qual o presidente da República untava com essas gotas de óleo bento as castas unhas de sua publicidade.

2 CAMPOS, SALES. *Da propaganda à Presidência*. São Paulo, A Editora, 1908, p.

Consciências obliteradas

O culpado não dava fé, nem de longe, de que pudessem ressentir de impuridade ou, sequer de indelicadeza, os estilos de aliciar apologias da administração, à custa, à revelia e às encobertas dos contribuintes. Não percebia que o governo enganava os contribuintes, a quem deve lisura e verdade nas contas, quando lhes inculcava de sincera uma publicidade venal, de expressão do sentimento público a do interesse de escritores vendidos.

Não, senhores, não o percebia; e é para esse estado singular de consciência que chamo a vossa atenção.

Tal estado d'alma não se pode conceber em homens daquela posição e cultura, a não ser como efeito da saturação geral da sociedade nos vícios a respeito dos quais se caiu numa insensibilidade tamanha, que já se faz gala do sambenito, e não só se julga necessário articular excusas, mas até se leva a censura a crime de ousadia, se não de maldade ou perversão moral.

Se já não estivesse habituado o país a considerar esse mercenarismo como trivial na política brasileira, seria admissível que um presidente de República, tido e havido geralmente por honrado, confessasse haver gasto mil contos do erário nacional na peita de jornalistas, sem murmurar uma desculpa, ou recorrer a uma atenuante, antes

levando a mal que alguém descobrisse nessa liberdade com os dinheiros públicos uma circunstância agravativa dos atos, cuja inocência não se pudesse mostrar por outros meios?

O código penal

Mas as despesas referidas com tão rematada simplicidade e segurança de ânimo em um documento de tão alta solenidade estão positivamente capituladas como criminosas na legislação brasileira, onde o Código Penal, no art. 221, qualifica de peculato o “subtrair, consumir ou extraviar dinheiros da Fazenda Pública”, entregues “à guarda ou administração” de quem os extravia, consome ou subtrai, e a lei de responsabilidade do presidente da República averba, em delinquência contra a guarda constitucional dos dinheiros públicos, os atos presidenciais, que “dissiparem os bens da União, *ordenando despesas não autorizadas por lei*”.

Pouco faz ao caso que, em lugar de seis ou oito mil, apenas mil fossem os contos de réis malbaratados. Interessaria, sim, ao caso quanto ao prejuízo, que seria menos avultado. Mas semelhante consideração, meramente financeira, não entende nem com a esfera moral, nem com a criminal. É, pois, de segunda ordem.

O essencial está no que respeita à criminalidade; e, aí, a quantia monetária não entra em linha de conta. Nos delitos contra a propriedade particular, ou pública, não se engravece ou aligeira o caráter do crime com o ser de maior ou menor grandeza a importância do dano causado, ou de soma subtraída. A malversação não avulta, nem minguia, com a maior ou menor monta dos bens malversados.

Destarte se pronuncia a lei escrita; e não me consta que reze de outro modo algum sistema de moral, salvo o contemplado na ironia do provérbio, e segundo o qual quem pouco furta é ladrão, quem muito furta, barão.

Ainda a confissão

Mas, senhores, não será bom que se cerceie a tão instrutivo depoimento a sua parte complementar, que o torna ainda mais elucidativo. O ex-presidente, cuja testificação, pouco há, ouvimos, lhe apensa esta curiosa nota:

Tenho em meu poder uma nota rubricada por um dos ex-diretores do Banco da República, detalhando as despesas mensais com o serviço da imprensa, que acusa um total de Rs. 894:996\$080 — até 16 de dezembro de 1901. Ora, em 1902, essas despesas foram consideravelmente reduzidas, e a simples leitura dos jornais, sobretudo a escandalosa reviravolta que se operou, na atitude de

alguns deles com relação ao Governo, deixam ver com a maior evidência que as subvenções tinham quase cessado. É, portanto, bem calculada a totalidade geral, em cerca de 1.000:000\$000.

Deixemos de parte o cômputo dos mil contos, notando somente que o interessado não precisa, não determina; calcula, avalia, conjectura. Nos três anos até dezembro de 1901 orçaram as generosidades com o jornalismo em 894 contos, a saber, cerca de trezentos por ano. Mas em 1902, esses desembolsos não passariam de coisa, aí assim, de uns cem contos, porque, nesse período, nos diz ele, “essas despesas foram consideravelmente reduzidas”.

Mas a prova, a prova dessa redução?

O juízo dos corruptores

Só uma nos dá o presidente acusado. Essa, porém, se lhe afigura escusar qualquer outra, e vem a ser meramente, a que outra vez ides ouvir:

Em 1902 essas despesas foram consideravelmente reduzidas; e a simples leitura dos jornais, sobretudo a escandalosa reviravolta que se operou na atitude de alguns deles com relação ao Governo, deixam ver com a maior evidência que as subvenções tinham quase cessado.

Eis aí, senhores. Quereis saber se “as subvenções” aos jornais (ouvi bem: *as subvenções* aos jornais), quereis saber se as subvenções aos jornais, cessaram, ou persistem, se enchem, ou vazam? Pois “a simples leitura dos jornais” vo-lo “deixará ver com a maior evidência na atitude deles para com o governo”.

Benigna atitude? É que os jornais estão subvencionados. Atitude hostil? É que já não estão subvencionados os jornais. Melhora a linguagem das gazetas? Sinal claro de que as subvenções engrossam. Piora? Sinal certo de que se adelçam. De sorte que, gizada segundo os traços deste debuxo de quem “sabe d’arte”, porque a praticou, e conhece o tipo, com que travara familiaridade, seria a imprensa um como realejo, cuja manivela está nas subvenções.

Quem o terá dito? Eu? Não.

Quem o diz, o repete, o acentua, o sanciona, o inocenta, e o assoalha como coisa corrente e apenas criticada entre maldizentes, é um antigo presidente da República brasileira, que, criminado por indiscretos de corromper jornalistas, se descarta a si mesmo da tacha de corruptor, dardejando contra o jornalismo a de habitualidade na corrupção.

Mais fatos

Já com este elemento histórico não ficaria pouco adiantada a minha demonstração da venalidade propinada pelos nossos governos à imprensa. Mas, depois, vimos passar outra administração de quem a imprensa mesma contou que largueara, para os alfinetes, um mimosito de seus oitocentos contos a certo jornal bem conhecido.

Mas tarde veio à luz dos prelos outro caso, de menos grossura na quantia, mas, pelas circunstâncias, talvez de caracterização ainda mais escandalosa. Era de um telefonema do presidente da República ao diretor do Banco do Brasil, para meter no bolso de certa redação em apertos financeiros a soma de duzentos contos de réis. O recado telefônico se cumpriu à risca, e o feliz periodista entrou no gozo de mais essa munificência, como quem tem a dentadura vezeira no traquejo da marmelada.

Correndo essa mesma administração, tive ensejo eu próprio de a combater no Senado, mostrando, com a exibição fotográfica dos mais autênticos documentos, as larguezas de um dos seus ministérios, no hábito de lubrificar Marinonis com o azeite do Tesouro. A papelada e seus comentários ficaram nos anais do Congresso Nacio-

nal, onde o historiador os encontrará bem à mão, quando quiserem desenroutar a nossa hipocrisia republicana, e lhe estudarem as úlceras a olho.

Ainda agora mesmo um dos nossos mais antigos e bem medrados periódicos, arguido nominalmente de useiro nesses negócios, vassoirou a sua frente, asseverando que o governo passado “subornou jornalistas”, e que, sob essa administração, “os dinheiros públicos, para corrupção da imprensa, foram todos conscienciosamente aplicados com a compra do apoio dos jornais sérios”, excluindo ele, naturalmente por ser o mais sério de todos.

O caso das últimas emissões

Os amigos dessa presidência acudiram, recentemente, em seu socorro, a propósito do emprego da emissão de 150 mil contos, consignados às despesas militares, que se dizia estramalhada, em grande parte, com o aliciamento de folhas públicas. A defesa do ex-ministro da Fazenda, tecida, em geral, com habilidade, pareceu a muitos concludente quanto a mostrar que do Tesouro nada saiu senão a título de gastos com a defesa nacional.

Mas também a seiva que sobe da terra, pelas raízes, caule ou tronco acima, leva, toda ela, ao partir, o destino de alimentar a planta; e, todavia, muito daquele suco lhe

vão desviando pouco e pouco, de caminho, os ladroeiros, com os quais se deixa ficar à sorrelfa boa parte do viço, insensivelmente subtraído à sua missão nutriente.

Os processos financeiros do suborno administrativo não são diversos. No Tesouro as saídas são sempre bem escrituradas. Na matriz os rótulos de cada gasto condizem, de ordinário, com as averbações do orçamento. Até os ministérios, geralmente, a distribuição vai regularmente encaminhada. Ali, porém, começam as verbas secretas, as despesas escusas, os transvios sub-reptícios, as manobras fraudulentas, o trabalho indevassável de simulação e dissimulação, por onde se some tudo o que as más administrações têm motivos para sonegar ao país.

Depoimento capital

Vamos, porém, ao ponto. No lustroso arrazoado parlamentar, em que se trocou, e pelo qual se julgou bem substituído o inquérito reclamado, há uma passagem notável pela claridade que verte sobre a questão capital da mercantilidade jornalística, alimentada pelos manejos oficiais.

O ilustre orador, encarecendo as glórias do governo Venceslau Brás, aduz, entre os elementos históricos reunidos para a sua canonização, um episódio realmente mila-

grosso no seu contraste com o teor ordinário da nossa moral republicana.

O rasgo, ali celebrado, foi o que se vai ver. Ei-lo:

S. Ex.^a justamente apavorado diante das despesas públicas, crescentes no Distrito Federal, deliberou a reforma do sistema tributário, aliás, na minha opinião muito acertadamente procurando alterar os impostos antigos e criar novos para acudir aos deficits avultados desse tempo. Como era natural, o Sr. prefeito encontrou a maior oposição por parte da imprensa, e ele, e, em conversa com o ex-presidente da República, considerou que era um dos casos em que justamente a subvenção se podia aplicar, lembrando que Campos Sales, homem de alta moralidade, para conseguir as importantes reformas financeiras levadas a efeito por Joaquim Murinho, e que representaram, no assunto, o mais notável serviço que já se prestou ao Brasil, Campos Sales se viu na contingência de moderar, atenuar por meio de subvenção a atitude da imprensa, que procurava levar a opinião às classes populares até o protesto à mão armada.

O prefeito do Distrito Federal considerava que era caso em que se legitimava a subvenção à imprensa, e o Sr. Venceslau Brás divergiu do prefeito Sodré.

Ninguém regateará, depois disto, ao nobre ex-presidente da República, direito de ingresso ao *Flos Sanctorum* ou às *Vidas* de Plutarco. Tão raros já vão sendo entre

nós estes clarões da honestidade outrora ordinária, e ainda não obsoleta nos primeiros anos deste regímen.

O que, porém, não caberia nem nas páginas dos *Varões Ilustres*, nem nas do *Hagiolégio*, é a linguagem, onde, exaltando-se, com plausibilidade, até à mansão dos heróis, um chefe da nação, por não venalizar a imprensa, par a par com esse hino a tais virtudes se dá foro de inocência aos governos que a venalizaram, ou venalizarem.

Subvenção ou suborno?

Nessa linguagem, com efeito, se adoça com o nome de “subvenção”, com a indulgência deste honesto eufemismo, a dilapidação e o peculato cometidos, com rosto sereno e mãos largas, pelos governos que assalariam jornais, quando (toda a gente o sabe) por tal nome, pelo nome de *subvenção*, familiar no uso jurídico, administrativo e político, nunca se designou senão o auxílio legal, outorgado legalmente a quem por lei se pode outorgar.

Nessa linguagem se honestiza como exemplo digno de “um homem de alta moralidade” o do chefe de uma democracia constitucional, que pôs a seu soldo jornalistas, pretendendo-se que, se ele perpetrar abuso tal, foi porque “*se viu na contingência de moderar e atenuar, por meio de subvenção, a atitude da imprensa*”.

Nessa linguagem se admite a hipocrisia de eventualidades, em que o governo possa entrar, de bolsa aberta, pelas redações de jornais, como a libertinagem pelas casas de tolerância. Quando, evidentemente, em todo e qualquer caso, esses negócios abjetos são atos de lenocínio, dos quais ambas as partes saem contaminadas. Quando o que fazem os administradores públicos, tomando escritores de aluguel, para darem por suas as convicções, que lhes dita o suborno custeado pelos subornadores com dinheiro alheio, é mascararem de honradez o proxenetismo, e de verdade a mentira. Quando, em suma, com a torpeza desses costumes, os agentes do poder iludem a nação, de que são mandatários, dilapidam o patrimônio coletivo, de que são guardas, e lhe infestam a política de uma casta de parasitas (a mais maligna dos conhecidos no mundo moral) tão vis quanto virulentos e insaciáveis.

Como a política julga a imprensa

Mas naquele discorrer, de um homem aliás considerável pelo talento, pela cultura, pela situação, pela estima dos seus pares, o que sobressai, não é só a imagem, espelhada nas suas palavras, das avarias, com que a corrupção do régimen tem deteriorado o senso moral dos nossos estadistas, senão também o juízo, que eles, em

público e raso, articulam acerca da nossa publicidade, retratando-a com os hábitos de mercadora das próprias opiniões, às quais se dá o rumo, se “modera ou atenua” o registo a peso de ouro.

Eis, senhores, como a política, pelas suas figuras mais gradas, julga a imprensa.

Mas a imprensa, de que tais fealdades ajuíza a política, não se sentiu da pintura, não a tachou de injusta. Nem lhe atirou ao autor as pedras, com que, por menos, me tem obsequiado.

Ruminemos, pois, o caso, tal qual o conta o ex-ministro da Fazenda.

Queriam elevar em grande escala os impostos municipais. Mas o sentimento público se agastava, mais teso que de costume, contra a medida, e certos jornais, ainda não apalpadados com os carinhos da prodigalidade administrativa, afinavam na mesma solfa com o azedo murmurar da comunidade irritada.

Que fazer? Buscar entre os contribuintes, pela convicção esclarecida e mudada com um exame sério e um debate largo do assunto, o consentimento nos sacrifícios, de que se necessitava? Isso não, que demandava tempo, diligência e sinceridade.

Havia outro caminho, curto e suave: esportular o jornalismo acomodaticio. Destarte se passaria por cima da opinião pública, açamando-lhe com doirados os advogados naturais, e por opinião pública se embutiria o tintinar e retinir das propinas, sacolejadas no bolso dos maus jornalistas, pagos e repletos.

Felizmente, segundo o testemunho do seu ilustre ex-ministro, o presidente da República repugnou à sugestão, acatando, assim, os direitos da nação a uma publicidade sincera, a um sistema de imprensa, que não furte os governos aos deveres da sua responsabilidade.

Então por que fugir do inquérito?

Mas, se assim é, quem depois veio a divergir daquele presidente, foram os seus amigos, ao suporem que o discurso do ex-ministro da Fazenda preenchia as condições do inquérito requerido, e ao embaraçarem essa averiguação, de que os amigos leais desse ex-chefe da nação e ele mesmo deviam ser os propugnadores mais convencidos.

O inquérito, e só o inquérito, é que viria clarear as obscuridades existentes, e remover as dúvidas suscitadas, a benefício mesmo da presidência arguida, se ela não receava a severidade e largueza de uma ventilação cabal do assunto.

Mas a todos os interesses, ainda os do próprio governo acusado, se sobrepõe o de que se não quebre a tradição de irresponsabilidade, em cuja observância todos os nossos governos possíveis se consideram solidários, atenta a expectativa de a virem, ulteriormente, desfrutar, da mesma sorte que os seus antecessores a desfrutaram.

Como quer, porém, que se ultimasse aquele incidente, dele, senhores, bem vedes quanto se colhe de esclarecimento, no que respeita à tacha moral de certa classe de jornalistas e à não menos relaxada moralidade oficial nas relações do nosso governo com ela.

Os rombos da caixa

Dessas relações, todavia, quando se aventa alguma coisa, quer pelos jornais, quer no Parlamento, é fitando-se os olhos somente no emprego direto e descoberto das consignações orçamentárias, como se não fosse da natureza desse comércio podendo e inconfessável o girar subterraneamente, o trilhar sempre vias solapadas, o fugir à luz do dia como as aves e sevandijas noturnas. Não seria com os oitenta contos da mensalidade subministrada pela polícia ao gabinete presidencial que se custeasse a mercantilagem da imprensa

negocista. Para transações de tão volumoso tomo seria ridícula essa quantia.

Os grandes canais desse tráfico eram outros. Já eu disse. Mas não será ocioso repeti-lo.

Era, primeiramente (à tout *seigneur tout honneur*), o Ministério das Relações Exteriores a maior barraca da feira, a comprar e vender, não só aqui, mas no estrangeiro, e a que o privilégio de sacar sobre a nossa delegacia em Londres ensanchava, nas suas operações, facilidades invejáveis.

Era, par a par, o Banco do Brasil, por cuja impenetrável carteira corriam, com praça de empréstimos, quase nunca resgatados, as liberdades de mais vulto, escapando ali a execução das ordens presidenciais à sindicância de qualquer outra autoridade.

Era o ínvio e insondável Lloyd, com os meandros, escaninhos, solapas e encobertas do labirinto da sua administração, agora, ainda bem, sujeita a um começo de saneamento, que, desde o honrado Sr. Barbosa Lima, não vai saindo sem espinhos aos seus iniciadores.

Era o abismo das verbas secretas, em cuja aplicação já se não quer reconhecer ao Parlamento o direito de meter o nariz, nem mesmo quando o mau cheiro de imo-

ralidades notórias tresande ao longe, e da política nacional passe a infestar a internacional.

Eram os empregos inúteis e ociosos, as sinecuras de todas as espécies, os *farnientes* de todas as marcas, as folhas de encostados, os gabinetes dos ministros, as invenções de consulados, as ajudas de custo, as comissões de passeio com vencimentos em ouro no estrangeiro, as concessões, contratos, empreitadas, tarefas, licenças, acumulações, isenções e mercês de toda a ordem, entre as quais há isca e anzol para todos os gostos e categorias de corruptibilidade.

Numa palavra, eram as mil tetas, os ubres, maiores ou menores, ressumantes de grosso leite em eterna apojadura, desse animal multimâmio, a que ora se chama nação, ora administração, ora fazenda, orçamento, ou erário, e de cujos peitos se dependuram, aos milhares, as crias vorazes na mamadura, mamões e mamadores, para cuja gana insaciável não há desmame.

Por que é que alguns calam?

Prestem silêncio embora os grandes da imprensa ante esse espetáculo, cuja vergonha enche a nossa vida contemporânea. O silêncio dos grandes muitas vezes não significa outra coisa que a sua condescendência com os

atentados. Quando o professor Wuttke escreveu o seu célebre livro sobre o *Reptilienfond*, entre os crimes de que mais fazia cargo ao governo germânico, sobrelevava o de certos príncipes da imprensa, que, não só “guardavam silêncio” acerca dos maiores abusos do poder, mas ainda “reviravam todo o seu furor contra os liberais empenhados em clamar justiça e liberdade”³.

Quais os amigos da imprensa

Nem o exímio publicista alemão, arcando contra essas pústulas do bismarckismo na sua obra de prussianizar os Estados alemães, cuidou jamais que desservisse o jornalismo, quando lhe levava a lanceta aos tecidos em gangrena. “Com o revelar de todos esses abusos, que eu tenho trazido à luz, e sondado tão a fundo mediante estas pesquisas, o que sempre tomei a peito, é dar ressaltos aos direitos da imprensa e à importância dos jornalistas”⁴.

3 WUTTKE, Henry. *Le Fond des Reptiles (Reptilienfond)*. Le Journalisme allemand et la Formation de l'Opinion Publique. Trad. de l'allemand sur la 3. éd. par B. Pommerol. Paris, G. Decaux, 1987, p. 167.

4 *Id.*, p.16.

Da mesma convicção estou eu possuído, quando insisto em reagir contra a lepra, com que a política dos nossos dias está grassando o jornalismo brasileiro. Tenho certeza, adquirida na experiência do mundo inteiro, que este mal de mofo e bafio, criado à sombra e no charco, não se cura senão a poder de ar livre e luz solar. É obra da mentira; e a mentira não se medica homeopaticamente, com os seus semelhantes. O remédio da mentira está na verdade. A República, entre nós, se consagrou ao culto da mentira. Só nos salvaremos, opondo a essa idolatria a religião da verdade.

Veritas carissima

Três âncoras deixou Deus ao homem: o amor da pátria, o amor da liberdade, o amor da verdade.

Cara nos é a pátria, a liberdade mais cara; mas a verdade mais cara que tudo. *Patria cara, carior-Libertas, Veritas carissima*⁵. Damos a vida pela pátria. Deixamos a pátria pela liberdade. Mas pátria e liberdade renunciamos pela verdade. Porque este é o mais santo de todos os amo-

5 LIEBER, Francis. *Reminiscences, Addresses, and Essays*. Philadelphia, J. B. Lippincott, 1981, p. 42.

res. Os outros são da terra e do tempo. Este vem do Céu, e vai à eternidade.

A moral dos povos livres

Nenhum país salva a sua reputação com os abafos, capuzes e mantilhas da corrupção encapotada.

Durante a campanha da Crimeia, em 1854, o *Times*, o jornal dos jornais europeus, não hesitou em romper na mais tremenda hostilidade contra a administração militar da Grã-Bretanha, sustentando que o seu serviço era “infame, *infamous*”, que os soldados enfermos não achavam nem camas, onde jazessem, que o exército, gasto, desmoralizado e miserando, não tinha, em Balaclava, nem onze mil homens, capazes de entrar em combate.

Russell, o famoso correspondente desse jornal britânico no teatro da guerra, perguntava, em carta, a Delane, o célebre diretor do grande órgão: “Que hei de fazer? Dizer essas coisas, ou calar?” Mas o interrogado não hesitou na resposta. As instruções, em que lha deu, recomendaram-lhe, com energia, “falar verdade, sem indulgência, nem receio”. O *Times*, declaravam elas, o *Times* que não admitia “véus”.

Era opinião do seu editor que, “nas circunstâncias do caso, a publicidade constituía o meio de cura indispen-

sável”. Embora chegassem a dizer que “o exército devia linchar o correspondente do *Times*”, embora o príncipe consorte o apodasse de “miserável libelista”, embora o presidente do Conselho dissesse, no *Foreign Office*, que “três batalhas campais, ganhas pelas Inglaterra, não a restituíam do dano” causado pelas correspondências e editoriais daquela folha, o *Times* não variou de rumo, de atitude e de franqueza até o termo da luta do Reino Unido com o Império Russo.

Sabeis com que resultados, senhores? A Câmara dos Comuns acabou por mandar abrir, em 1855, um inquérito sobre a situação do exército em Sebastopol. O gabinete caiu demolido pela campanha do terrível órgão londrino. As mais eminentes autoridades militares declaravam, afinal, que ele, “narrando com fidelidade ao público os padecimentos da tropa, salvara o resto do exército inglês”. O governo da rainha Vitória, pela voz de Gladstone, agradeceu a Delane “o valioso apoio” (palavras suas), “o valioso apoio” do *Times*, subscrevendo, sem reservas, o princípio, seguido por ele, de que “nunca se deve encobrir ao público circunstância alguma, quaisquer que sejam os inconvenientes de sua divulgação”⁶.

6 COOK, Edward. *Delane of the Times. Makers of the Nineteenth Century*. Ed. By Basil Williams. London, Constable, 1916. pp. 81-93.

O exemplo norte-americano

As circunstâncias da guerra puseram o nosso oficialismo em declarado *flirt* com os Estados Unidos. Mas este namoro de conveniência, felizmente seguido com simpatia pelas sinceras inclinações do povo brasileiro ao norte-americano, não é, da parte dos nossos homens políticos, uma aproximação, que se inspire no conhecimento da grande nação, cujas instituições imitamos nas aparências exteriores, ignorando-as de todo no seu espírito e realidade.

Se a política brasileira tivesse notícias exatas da política americana, para lhe merecer a estima, diligenciaría parecer-se a esse alto modelo, não nas feições desagradáveis, de que ela tem consciência confessa, nos vícios, de que tudo envia por sarar, mas nas virtudes sérias e grandes, de que nutre o mais justo orgulho.

A verdade antes de tudo, senhores. Não quero, nem quereria nenhum de vós, que o Brasil viesse a ser o símio, o servo, ou a sombra dos Estados Unidos. Não acho que nos devamos entregar de olhos fechados à sua política internacional, se bem haja entre ela e os nossos interesses comuns bastante graves e legítimos, para nos ligarem na mais inalterável amizade, e nos juntarem intimamente em uma colaboração leal na política do mundo. Tal o meu sentir, de ontem, e amanhã. Assim o espero

com a segurança de quem não cede a impulsos, mas a convicções amadurecidas em dezenas de anos de estudo constante daquela incomparável democracia e seu papel na evolução contemporânea.

Quanto em mim caiba, estarei sempre disposto a concorrer para a mais sincera, a mais estreita e mais prática amizade entre os dois povos, sem dano das outras, que também nos são mui caras e, cada qual ao seu aspecto, não menos indispensáveis.

Quaisquer, porém, que sejam as divergências admissíveis quanto à maneira de ver daquela nação extraordinária a respeito de problemas internacionais, não vejo, no tocante à política interior, isto é, no tocante às instituições que não são comuns, não vejo, torno a dizer, como uma República americana possa olhar com desdém a superioridade republicana da maior, da mais robusta, da mais vivaz das repúblicas modernas. Os Estados Unidos não são o país do *dollar* e do *bluff*, a terra da vaidade e da megalomania, que alguns observadores hábeis e interessantes, mas apressados e superficiais, nos têm pintado.

Não há nenhuma democracia de mais vida, nenhuma Constituição mais admirável, nenhuma opinião pública mais realmente soberana que as daquela maravilhosa nacionalidade, cuja vocação evidente no plano de

evolução cristã do gênero humano lhe assegura destinos análogos, em poder e esplendor, em utilidade e grandeza, aos dois maiores impérios civilizadores que o globo tem visto, desde o de Roma até o da Grã-Bretanha, desde o que deu ao mundo os códigos eternos do direito privado até ao que o dotou com as instituições hoje universais, da liberdade e do sistema representativo.

Aquela nação, entretanto, senhores, tem experimentado a corrupção política numa escala tal, que só a intensidade sem par das energias poderia comportar sem arruinamento ou degenerescência das qualidades essenciais.

Mas, senhores, o que sobressai nos Estados Unidos, não é a extensão das aberrações observadas nos costumes do seu regime. Não, senhores. Não é isso, mas as incomparáveis forças de resistência e eliminação, de preservação e revivescimento, com que o seu organismo, tão gigantesco na vitalidade quanto na grandeza, reage de contínuo, sem se decompor, nem abater, contra os vícios que o ameaçam.

Esses vícios enxameiam ali como os produtos malignos da exuberância do solo e das excitações do ambiente numa selva tropical. Recearíeis que essa vida subalterna e daninha acabasse dominando a redondeza, e submergindo na inundação da vida parasitária a grande vegetação dos arvoredos. Mas o próprio hálito da floresta a saneia. A

sua sombra mesma a limpa das vidas rasteiras, que lhe rojam pelo chão, e um trabalho de reconstituição irresistível dia a dia vai renovando, na brenha, a multidão frondejante, agigantando os colossos da mata, e alentando-a para contar os séculos de sua duração ulterior pelos numerosos anos do seu primeiro crescimento.

Conheceram os Estados Unidos a corrupção desde a idade dos patriarcas, desde as administrações de Washington, Adams e Jefferson⁷. Os depoimentos do tempo da guerra civil sobre a dilapidação, o *negocismo* e a *furacidade* nas pastas militares durante o governo de Lincoln dão a ideia de “uma enchente de corrupção, que alagava o país, e subvertia o senso moral do povo”⁸.

Calcula-se que, das despesas totais da União durante a luta separatista, uma quarta parte eram de caráter

7 HOAR, George F. *Autobiography of Seventy Years*. New York, Charles Scribner's Sons, 1903, vol. I, p. 305. BROOKS, John Graham, *As Others See Us*. A Study of Progress in the United States. New York, The Macmillan, 1910, pp. 335-36.

8 RHODES, James Ford. *History of the United States*. From the Compromise of 1850 to the final Restoration of Home Rule at the South in 1877. New York, The Macmillan, 1910, vol. III, pp. 483, 573-5; vol. V, pp. 216-19.

fraudulento e criminoso⁹. Em 1862, no Michigan, uma violenta moção, adotada pelo Congresso do Estado, exige, para os ladrões públicos, para os salteadores do Tesouro, a instituição da força¹⁰. Com as duas administrações do general Grant o devorismo administrativo chega à preamar¹¹. De 1868 a 1871 irrompe, com o Tweed Ring, “o escândalo que mais fez pelo descrédito da democracia americana”¹².

Em Nova York, a maior das capitais americanas, tamanha chegou a ser outrora a corrupção política que a Assembleia Municipal obrigou os seus membros a tomarem, por juramento, o compromisso de não venderem os seus votos¹³.

Não há muito que o Dr. Albert Shaw denunciava, na *Reviews of Reviews*, o regímen ferroviário dos Estados Unidos como um sistema de malversação geral, em que uma oligarquia de plutocratas absorve a nata da produção

9 *Id.*, vol. V, p. 220.

10 *Id.*, vol. V, p. 215.

11 *Id.*, vol. VII, pp. 182-89, 194-212

12 HART, Albert Bushnell. *The America Nation: A history Ideals Historically Traced*. New York and London, Harper & Brother Publishers, 1907, vol. 26, pp. 171-72.

13 BROOKS, *op. cit.*, p. 338

do país, embolsando sorrateiramente centenas de milhares de milhões de dólares¹⁴.

Lincoln Steffens, autor de dois livros tremendos, *A vergonha das cidades e Luta pela democracia (Self Government)*, brada, à boca cheia, que já não há, nos Estados Unidos, “governo do povo pelo povo para o povo, mas o governo do povo pelos velhacos, para os ricos”¹⁵. Ao mesmo tempo, os melhores observadores estrangeiros, com os quais estão de acordo as melhores autoridades americanas, acusam os partidos e os seus costumes, naquele país, “de anularem a ação política dos indivíduos por um modo mais completo do que o das piores aristocracias, e realizarem, pelo despotismo dos mandões políticos (*bosses*), a tirania dos capitalistas”¹⁶.

Mas, diante de tais chagas, como se houveram, como se têm havido, como continuam a se haver os partidos, os homens e os jornais de responsabilidade? Queriam, ou querem, porventura, como aqui se está querendo, que

14 *Id.*, p. 245-46.

15 SINCLAIR, Upton. *The Industrial Republic. A Study of the America of Ten Years Hence*. London, William Heinemann, 1907, p. 150.

16 BROOKS, *op. cit.*, pp. 269-70.

se entrecerrassem as janelas à luz, para deixar a imoralidade a seu gosto, com pretexto de não se desacreditar o país?

Não, senhores, pelo contrário. O que se tem feito sempre, nos Estados Unidos, é investir sem piedade contra esses desaforos, e entregá-los a uma publicidade inexorável.

A comissão nomeada em 1862, para conhecer das irregularidades encontradas na pasta da Guerra, conclui o seu relatório declarando haverem-se descoberto “fraudes impudentes e gigantescas no governo”, confessando-se “acabrunhada de assombro e tristeza com as revelações apuradas”, mas opinando que “a um povo livre não se deve ocultar coisa alguma do que tão intimamente o interessa”¹⁷.

Na convenção republicana do Estado de Nova York, em 1876, uma das mais nobres figuras da política americana, George William Curtis, desfralda aos ventos a bandeira da verdade, como a da salvação pública.

A linguagem clara é a melhor – diz ele. As corrupções descobertas da administração pública em todos os sentidos que acabam de culminar, por último, na peita do ministro da Guerra, por ele mesmo confessada, a tendência incessante dos funcionários e agentes administrativos,

17 RHODES, *op. cit.*, vol. 5, pp. 217.

neste país, a prostituírem, de contínuo e a todo o custo, aos seus interesses pessoais, as organizações dos partidos, têm suscitado por toda a parte apreensões entre os amigos do governo livre, sobressaltando, ao mesmo tempo, e assustando a massa honesta do Partido Republicano¹⁸.

O ministro da Guerra, a que aludia Curtis, era o general Bellenap, em cujo processo de responsabilidade por concussão, um dos americanos mais conhecidos pela inteireza puritana do seu carácter, o senador Hoar, funcionando como agente da acusação, reuniu alguns dos exemplos mais graves e inquestionáveis de corrupção naquela terra em uma passagem memorável nos anais da eloquência americana.

A minha vida pública – dizia ele – muito curta e insignificante, mal excede a duração de um termo do mandato sanatório. Mas, neste breve período, vi eu postos fora dos seus cargos cinco juízes de um alto tribunal dos Estados Unidos por ameaças de processo como prevaricadores ou venais. De lábios amigos ouvi cair sobre nós o labéu de que, quando os Estados Unidos se apresentaram no Oriente, para tomar parte, com o mundo civilizado, em uma generosa competência das artes que os alimentam a vida, *o único produto das instituições deste país, no qual se avantajava ela a todos os demais, era a sua corrupção*. No Estado que a todos os outros da União

18 *Id.*, vol. VI, pp. 192-93.

sobreleva em poder e opulência, vi quatro juizes dos seus tribunais responsabilizados por venalidade e o governo da sua capital reduzido à ignomínia e convertido em fábula do mundo. Vi o presidente da comissão de guerra na Câmara dos Representantes, hoje membro distinto desta corte, levantar-se da sua cadeira, e requerer a expulsão de quatro dos seus colegas, por haverem posto à venda a sua autoridade na seleção dos jovens admissíveis como alunos em a nossa grande escola militar. Quando se concluiu essa via férrea, a maior do globo que unifica este continente, e pôe em contato os dois grandes mares cujas ondas lavam as nossas costas, vi o triunfo e a exultação nacionais mergulhados em amargura e opróbrio diante dos pareceres unânimes, onde três comissões do Congresso, na Câmara e no Senado, mostraram como na execução daquele grandioso cometimento reinara passo a passo a fraude. Tenho ouvido assoalhar, nas mais altas regiões, por homens encanecidos na política, a impudente doutrina de que o verdadeiro caminho para alcançar o poder, na República, é corromper a nação por meio dos cargos instituídos em seu proveito, e de que o verdadeiro objeto do governo, uma vez obtido, consiste em obedecer ao egoísmo, saciar a ambição, e servir às vinganças pessoais. Tenho visto a suspeita seguir o rasto até aos auxiliares do Presidente, até aos homens de sua confiança. São fatos estes, que a história já recolheu¹⁹.

Tais as palavras, com que, no Senado americano, desvendava as úlceras da política de sua terra, da sua ad-

19 HOAR, *op. cit.*, vol. I, pp. 307-08.

ministração, da sua justiça, o honesto republicano, cuja carreira parlamentar mediu trinta e cinco anos de extensão; que com essa mesma energia de 1876 soube verberar, em 1902, a política do seu país nas Filipinas, como a verberou, ainda, na questão do Panamá, e que, a poder de veracidade e independência, granjeou, nos Estados Unidos, o nome do modelo das virtudes do homem público entre os estadistas do seu tempo.

É que por homem público, ali, não se entende o que em certo, outros países como esse, muito nosso conhecido, no qual um senador, saindo em terra, na capital de um dos Estados por onde passava, com duas mundanas pelo braço, que levava de bordo como respeitáveis senhoras, as apresentava a um jornalista, que de caminho encontrou, dizendo-lhe:

- Apresento-lhe duas colegas nossas.
- Como assim?
- Mulheres públicas... homens públicos.

Natural era que nessa estima tivesse os homens públicos de seu país, que os considerasse como a metade complementar das mulheres públicas, o cabotino graduado, a quem não repugnava andar pelas ruas de sua terra, a cara descoberta, entre duas messalinas, de braço dado a uma e outra.

Mas, geralmente, nos países cristãos, a noção do homem público não é a do indivíduo de casa aberta à prostituição d'alma como à do corpo as vendilhoas de prazeres sexuais. Aí, o homem não é público, vendendo-se a todos, mas velando por todos, trabalhando no serviço de todos, consagrando-se à honra de todos, fazendo a todos o sacrifício do seu tempo, da sua inteligência e da sua vida.

Como tal, o homem público é o homem da confiança dos seus concidadãos, o de quem ele esperam a ciência e o conselho, a honestidade e a lisura, o desinteresse e a lealdade; é o vigia da lei, o amigo da justiça, o sacerdote do civismo. Não pode ser o composto de uma tribuna e uma alcova, de uma escola e um balcão, de uma pena e uma gazua, de uma consciência e uma máscara. Só assim estará na condição de inspirar fé aos seus concitarrâneos; e, se na fé consiste a crença, na fé a segurança, na fé a salvação, ninguém põe a sua fé senão onde tenha a convicção de se achar a verdade.

Logo, senhores, se o homem público há de viver na fé que inspirar aos seus concidadãos, o primeiro, o maior, o mais inviolável dos deveres do homem público é o dever da verdade: verdade nos conselhos, verdade nos debates, verdade nos atos; verdade no governo, verdade na tribuna, na imprensa e em tudo verdade, verdade e mais verdade. Pois, senhores, a política brasileira, e, em

especial, a política baiana de hoje, inverteu esse princípio elementar. Em lugar de verdade, verdade e mais verdade, mentira, mentira e mais mentira: só mentira, mentira e mentira. Mentira nas instituições. Na administração mentira. Na tribuna e no telégrafo, e nos jornais, mentira, rementira e arquimentira.

Ai do que não aceitar a libré desta servidão ignóbil! Como esses terríveis esqualos, cuja voracidade assombra os mares, o monstro melindrado contra ele volverá todos os incisivos dessa múltipla dentadura, de que a natureza dotou aquela espécie carniceira. Desde o mexerico e a mentirola até os mais graúdos maranhões, as novelas mais desabaladas e as calúnias mais sanhudas, mais insolentes, mais negras, tudo se multiplicará, borbulhando em fervedouro derredor do infeliz, que não sabe acomodar-se ao sistema da embusteria, da intrujice e da burla consagradas. Convertem-lhe nos seus contrários as qualidades mais evidentes: o talento em estupidez, a honradez em improbidade, a pureza em devassidão. Inteligência? Será um burro. Ciência? Um analfabeto. Honestidade? Um ladrão. Cidadão, filho, marido, pai de família reconhecidamente exemplar? Um canalha. Um parricida. Um devasso. Um crapuloso.

Já se ao menos esse forjar da mentira ao sol a pino corresse por conta particular dos que lhe batem a moedagem, e a põem em giro. Já se o seu despejo se contentasse com desmentir o adágio de que moeda falsa de noite passa, com exercer à luz do dia o seu mister de falsários, com falsar à claridade meridiana pesos, medidas e moedas, com citar de falso, trucar de falso, arguir em falso, e testemunhar falso, não a meio rosto, mas cara a cara, entrando em desafio rasgado com a verdade notória e conhecida por tal. Já se não passassem daí os excessos, desatinos e tresvarios da impudência, muito, mais que muito e muitíssimo seria, para que lho tolerassem, onde quer que algum traço restasse do respeito do homem a si mesmo, do hábito de se reagir contra o crime ao menos nas suas insolências.

O mais grave, porém, é que além desse mais que muito, desse muitíssimo, desse muito e muito, ainda vão eles mui muito e muitíssimo mais longe, entregando-se de bandeiras despregadas a esse descaradíssimo, nojosíssimo e perniciosíssimo sistema de falsificação pública, de falsificação ostentativa, de falsificação em aberta orgia, entregando-se a ele por conta dos governos, por conta da nação, por conta do povo, à custa de cujo suor, de cujas contribuições e de cujo dinheiro se pagam os estipendiários da maior das torpezas, os desonradores da mais nobre

das profissões, os mercadores da mais ignóbil das mercadorias: os vendedores da imprensa ao poder.

Essas casas de prostituição intelectual estariam todas fechadas se lhes não valessem as chaves do Tesouro Nacional, dos tesouros estaduais, dos tesouros municipais que fazem todas naquelas fechaduras tão à justa quanto nas dos cofres públicos, de que deviam ser guardas, e são gazua, para os despejar e rechear do seu conteúdo as arcas desses estafadores privilegiados.

O público não lhes merca os esqualidos produtos. Ninguém esperdiça os seus níqueis em tão vis alcaides. São as administrações públicas as que lhes custeiam a produção. Muitos desses alcoices não se abrem senão para o consumo desta clientela, tão subida no grau da posição, quanto rebaixada na vilania do abuso. Mas apenas se alistem na vida airada, e se dão a conhecer, ao mesmo passo que a freguesia limpa os evita, logo os vai buscando a clandestina concubinação do erário, e daí a nada mais uma impudência se esgargala no meretrício da mentira subvencionada, mais uma pécora começa a criar banhas, suar falsidades e vomitar eructações prostibulares ao serviço da República, do Estado, ou das municipalidades.

A consciência popular, mãe dos adágios, não ignora a regra de que *quem mal vive, por onde peca, por aí se*

castigue. Por isso as castiga no bolso, negando-lhe os suspirados tostões. Mas que monta o cobre do povo a quem, com o perder, por isso mesmo ganha o ouro das administrações endinheiradas? Com a sombra destas, a seu soldo e sob as suas ordens, se instauram, chamando-se jornais, esses armazéns, essas fábricas, esses teares da mentira, onde noite e dia se urdem e tramam, se recamam e bordam, se estampam e marcam, se negociam a retalham, se expdem e distribuem à circulação da mais baixa curiosidade perfídias, vilanias, escândalos, horrores, tudo, em suma, tudo quanto possa alimentar a indústria da falsidade, o comércio da intriga, a desprezível arte da vilipendiação, o ministério professo de adulteração da verdade.

Esses almocreves de petas, esses recoveiros de maranhas, esses mascates de aleives, esses atacadistas e varejistas da mentira, ninguém os conhece melhor do que os que os assalariam, do que essas administrações desbragadas, uma de cujas mãos entram sorateiramente nas arcas do erário, para as desvalijar do que com a outra metem nas algibeiras à imprensa corrompida.

Bem sabem esses governos que tudo mente num tal sistema. Mentem eles quando compram esses instrumentos. Mentem esses instrumentos quando se lhes vendem. Mentem vendidos e vendedores, compradores e

comprados, vendendo aos consumidores das suas drogas, aos leitores dos seus escritos, por verdadeiro o que à légua sabem uns e outros ser absolutamente falso. Mentem eles todos uns aos outros, a si mesmos estão mentindo, e ao público não cessam de mentir com as suas notícias e o seu fraseado, com os seus assertos e as censuras, as suas indignações e severidade. Mentem no que asseveram e no que negam, no que inculcam ou ocultam, no que acusam, ou advogam. Ainda calando, ainda omitindo, ainda se abstendo, continuariam a servir à mentira; porque abstenções, lacunas e silêncio, tudo se merca e paga, tudo se apreça e contrata, matéria de compra e venda é tudo.

Essa gente, industriada em denegrir, a expensas do suor dos contribuintes, aos brasileiros incorruptos, em lambar com servis adulações as mãos do peculato, que a engorda, em cobrir com vernizes e douraduras as mais abjetas ações dos poderosos, que a sustentam, é a que não tolera às almas ainda limpas as asperidades da revolta contra o mal, os rigores e franquezas da verdade.

Havemos de nos inscrever todos na mesma cumplicidade com a podre oligarquia, que nos submerge em opróbrio. Havemos de nos mancomunar unânimes com os usufrutuários da putrescência constitucional, que desnatura a nossa nacionalidade. Havemos de transportar

à política brasileira a filosofia dos antigos putredinários, reverenciando na podridão uma das colaboradoras da Providência na renovação dos entes criados. Havemos de renunciar ao próprio olfato, desenvolvendo em nós uma anomia voluntária, para não sentir os miasmas do podreiro, cujas exalações, atravessando o oceano, já nos têm denunciado, na Europa, aos auditórios de industriais, negociantes e capitalistas, como o mais corrompido governo e o povo mais corrupto da Terra.

E bem, senhores? Não tereis vós mesmos ouvido, todos quantos me estais escutando, esses pregões de vilipêndio, cujos brados, contra nós, de quando em quando, se lançam e ressoam além-mar, no velho continente e neste, entre banqueiros e comerciantes entre prestamistas e financeiros, entre associações, empresas e sindicatos, que, tendo empregado o seu dinheiro e crédito em negócios brasileiros, nenhuma conveniência poderiam ter em nos marear a reputação, em nos promover o desconceito, em fomentar, assim, a baixa dos valores, onde trazem aplicados os seus capitais e envolvidos os seus interesses?

Pois quê! Esses homens de negócio, esses especuladores em títulos nossos, esses administradores de concessões públicas, de explorações mercantis, de estabelecimentos industriais no Brasil, esses detentores de papéis de

crédito da União, dos nossos Estados ou dos nossos municípios, em vez de recomendarem as suas mercadorias, animando a procura dos valores com os quais comerciam, tão sem acordo e tino andam, que vão ser os primeiros a despreçá-los no mercado, a lhes afugentar os compradores, a combalir a segurança dos seus próprios cometimentos, as condições de sua prosperidade, a indispor-se com o governo de cuja autoridade e com o povo de cujo concurso tanto dependem?

Já se vê que não. Se contra o que claramente lhes seria de toda prudência, a tais liberdades se abalançam, é que no próprio campo dos seus legítimos interesses palpam uma realidade indissimulável, e deixam as cautelas de parte, levados além de tudo o que poderiam tolerar calados, por se tratar de casos, nos quais, ainda quando não pudessem cumprir o dever de lealdade para com os seus constituintes, menos que correndo todos os riscos, mais valeria corrê-los, do que faltar à fé, e cair da honra, colaborando num silêncio de cumplicidade.

Se das severidades em que, destarte, incorre o governo, alguma parte resvala até o povo, é que o siso de todos os observadores sensatos, de todos os espectadores desinteressados e inteligentes, de todos os bons juízes deparáveis entre criaturas pensantes se recusa a conceber que

no seio de uma nação moralizada se sucedam sem resistência e transmitam pacificamente o poder umas às outras administrações empapadas em desonestidade, sem que à conveniência pública se enseje, mais dia menos dia, algum meio de se desapressar das nojosas tiranias da corrupção.

São coisas que entre nós se admitem, por estarmos atreitos a vê-las, mas que, fora daqui, não se vendo nunca, a ninguém se antolham possíveis. Tais raridades morais, é necessário, sentindo-as com os próprios sentidos, experimentá-las diretamente, para lhes cogitar na possibilidade. Quem as não viu, não as crê.

Mas por que será que a tão altas vozes tais coisas de nós se têm dito no estrangeiro e contra nós por ali correm mundo? Será porventura que os delatores de semelhantes vergonhas lhes hajam bebido a notícia na grita das oposições, e, meros ecos de atoardas caluniosas, lhas revendam como lhas venderam, sem exame e pela toada?

Bem se está vendo que não. Deu-lhes o cheiro a eles mesmos, e pelo faro seguiram no rasto das coisas. Escutaram com os próprios ouvidos. Viram com os seus olhos. Tiveram nas mãos contas e algarismos, papéis e documentos, os mais dos quais não seriam de publicar. Falam, em suma, de espécies, nas quais são testemunhas diretas, presenciais, oculares, habilitadas a saber de raiz,

interessadas em conhecer deveras, obrigadas a não falar senão ao certo.

Ora, isto suposto, senhores, quem é que subministra, no interior e no exterior, as más notícias do Brasil, aos que dele mal julgam, mal dizem, e escrevem mal os dados acusadores?

Pois então, se, quando nós arguímos os nossos costumes políticos e administrativos de corrupção ou imoralidade, não falássemos verdade segura e sabida, não tivéssemos por nós a realidade evidente e notória, esses argentários estrangeiros, esses administradores estrangeiros, esses elementos da opinião conservadora aqui e no estrangeiro, iriam bandear-se com as oposições, a que nenhuma comunhão de interesses os liga, para as servir na divulgação de caprichosas falsidades, inimizando-se com as administrações de boa nota, em quem os seus direitos não houvessem encontrado agravos, e debaixo de quem os seus interesses prosperassem com o prosperar geral dos do país? Essas vozes, conservadoras e práticas, ordeiras e desinteressadas em nossas contendas intestinas, vozes de elementos que, pelo mundo todo, puxam, de sua natureza, para o governo e o princípio da autoridade, – essas vozes emanam da experiência dos que as levantam, e surgem do seio de interesses honestos, conculcados ou maltratados

nos seus direitos. São, portanto, a linguagem dos fatos, conhecidos e maneados por quem melhor os podia manear e conhecer, interpretados e arguídos por quem mais sobre seguro os poderia entender e arguir.

São homens que, postos em contato com a pública administração pelos vínculos regulares da sua dependência, pelas relações naturais dos serviços, em que presidem, com as autoridades centrais, estaduais, ou locais, trataram amiúde e de perto ministros, governadores, intendentes, senadores e deputados, frequentaram as secretarias, palmilharam os corredores dos congressos, conheceram os corretores administrativos ou parlamentares, viram jogar o mistério dos bastidores nos negócios do poder, e se pronunciam como quem sondou as coisas na surgente de suas causas, no íntimo dos seus segredos, no mais certo das suas realidades.

Se, pois, é destas que nascem, e com elas que se autorizam essas queixas, essas acusações, esses libelos tremendos, em que, de longe a longe, irrompe contra nós a verdade nos círculos comerciais, financeiros ou monetários de um e outro continente, nada levam de novo à opinião estrangeira as revelações do nosso jornalismo, as indiscrições da nossa tribuna, as veemências de linguagem da nossa oposição contra os desmandos, atentados ou escândalos oficiais no Brasil.

Na ciência de tudo isso andam os estrangeiros que têm negócios conosco, mais correntes do que nós mesmos, quando bem informados. Do concurso desses averiguadores interessados na exata elucidação da verdade, resulta uma sindicância constante, uma inquirição espontânea, um rigoroso conhecimento das circunstâncias mais miúdas e dos mais secretos incidentes da nossa vida, até onde possam interessar o juízo dos outros povos sobre o caráter, a civilização e o governo do nosso.

As oposições brasileiras, portanto, não vendem, nem podem vender bulas falsas ao estrangeiro acerca do Brasil. Em mentindo, não iludirão a vigilância desse tribunal permanente. Em falando verdade, por muito acerba, cruel e desabrida que seja ela, na substância ou na expressão, bem fora de rebaixar a nossa nacionalidade, não servirá senão para a honrar no conceito das outras, mostrando-lhes que a sociedade brasileira, a opinião brasileira, a consciência brasileira não morreram, e reagem, ao menos intelectual e moralmente, contra os cancros da nossa política, da nossa administração e do nosso governo.

Quem subministra, pois, elementos de descrédito do país, não são os cauterizadores do mal, senão os seus autores; não são os que expõem o mal à luz e ao ar, para lhes dar cura, mas os que o querem ter em abafos, para

lhes dar vida; não são os que, discutindo o mal, mais cedo ou mais tarde sabido sempre, apenas, com a publicidade na censura, infligem aos abusos dos governos e às mazelas dos seus cúmplices a correção peculiar à natureza pública da sua situação e dos seus atos. Não, não são esses. São os que, a pretexto do bem e decoro geral, somente buscam no silêncio, porque instam, o cômodo e abrigo das suas cobiças e ambições.

Tem cabelos brancos o anexam, velho e revelho, onde a sabedoria dos nossos maiores nos ensinava que *em pessoa de cetro não há vício secreto*. Só os monarcas eram então pessoas de cetro; e, com serem, como eram, absolutos, já os seus humildes vassallos não lhes admitiam mancha, que se não descobrisse. Que fará nas democracias de hoje? Que não será nos regimens, onde se proclama a soberania do povo? Aí as *pessoas de cetro* são todas as que têm o mando nos negócios comuns, desde o chefe do Estado até os eleitores, desde os legisladores até os juizes, desde os tribunos até os jornalistas. O poder não é um antro: é um tablado. A autoridade não é uma capa, mas um farol. A política não é uma maçonaria, e sim uma liça. Queiram, ou não queiram, os que se consagraram à vida pública, até à sua vida particular deram paredes de vidro. Agrade, ou não agrade, as constituições que abraçaram o governo

da nação pela nação, têm por suprema esta norma: para a nação não há segredos; na sua administração não se toleram escaninhos; no procedimento dos seus servidores não cabe mistério; e toda encoberta, sonegação ou reserva, em matéria de seus interesses, importa, nos homens públicos, traição ou deslealdade aos mais altos deveres do funcionário para com o cargo, do cidadão para com o país.

Acabarem os povos não menos que como acabam os enfermos desenganados, ignorando o de que padecem, o que os ameaça, o em que estão na contingência de morrer, boa lei será para a moral dos tiranos e dos escravos. Mas as raças chegadas à maioria e não resignadas à tutela dos interditos não se educam para o governo de si mesmas, senão examinando, sabendo e discutindo tudo. Aí, por agros e amaríssimos que sejam os assuntos ventilados, quando a verdade exige, muita vez se perderá por carta de menos, mas por carta de mais não há perder nunca.

Quanto mais robusta uma nacionalidade, mais largos os seus costumes no exercício desse direito. É um dos sintomas, por onde melhor se revela, em qualquer comunidade, a sua boa saúde moral. As que não suportam com serenidade a discussão dos escândalos públicos, e não reconhecem o civismo dos que, para os desmascarar, se afrontam com o poder, o dinheiro, a soberba dos grandes,

ainda bem longe se acham dessa autonomia, em que se lhe embala a vaidade.

Se nisto erro, se esta não é, realmente, a verdade certa e sem engano, morrerei então, já não há remédio, morrerei na ignorância dos meus deveres mais elementares. De todos eles, com efeito, o em que, desde o meu balbuciar na vida pública, tenho levado a mira, é nesse: não transigir com a força, o poder, ou o escândalo; falar dos crimes públicos tanto mais alto, quanto mais graduados sejam; romper com mão intrépida o sigilo, onde se encovam os vícios cortejados; trocar todos os cômodos pelos riscos de ser o missionário da verdade, quando em torno dela tropeia, de arco e flecha, na selvagem dança dos aborígenes da república brasileira, a sanha dos nossos civilizados, os barbarizados da política nacional, os autores do retrocesso moral do Brasil e da estupenda ruína da Bahia.

Toda a vez que a imprensa ou a tribuna me sollicitam, que para elas me atrai a corrente desse fluido irresistível na direção dos atos de minha vida, sempre se me formula dilematicamente o problema da minha atitude nestas duas alternativas: acamaradar-me com os dissimuladores das situações em que os interesses individuais conspiram contra o bem público? ou servir a todo o transe o bem público, embora ire, arme e junte contra mim os

interesses particulares? Por outra: amortecer a consciência sedenta de verdade com o sussurro das conveniências, sempre à mão dos nossos apetites e, a pedir por boca, ao alcance de todos eles? Ou pôr a verdade e a consciência acima de qualquer consideração menos alta, dê no que der, suceda o que suceder?

Eis a questão. Eis o dilema. Ser, ou não ser. Ser ou não ser pelos mandamentos de Deus. Ser homem, ou animal. Ser espírito, ou coisa. Ser coração, ou ventre. Ser vontade, ou instrumento. Ser da minha pátria, ou da minha algebeira. Ser do Brasil, ou dos que o exploram. Não o “ser ou não ser” do monólogo de Hamlet, o ser ou não ser entre dois mistérios insondáveis. Mas o ser ou não ser entre duas soluções simples, ambas igualmente acessíveis à discrição humana, o ser ou não ser da lei, que já fulgurava nas tábuas do Sinai: Não levantarás falso testemunho. Isto é, senhores: não mentirás.

A solução, pois, não era das que trazem atalhados e suspensos os grandes entendimentos. Quem quer que a quisesse, a tinha à mão de semear. Era a solução da obediência. Da obediência ao sumo preceito: não mentir. Era muito fácil. Jurei a mim mesmo essa obediência, e nunca tergiversei na lealdade a esse compromisso. Toda a minha vida pública se resume neste lema: não mentir.

Para não mentir ao Império, levantei-me contra a política, em que ele teve a sua sepultura. Para não mentir à República, organizei-lhe o regímen nessa Constituição, onde ela teria as garantias de sua realidade, se a quisessem observar. Para não mentir à Constituição, lutei, desde os Florianos até aos Hermes, contra os que a ignoraram, a corromperam, a estragaram, a destruíram. Para não mentir ao país, tenho adotado por norma da minha linguagem essa independência e intransigência, que me converteram no alvo dos ódios da máquina republicana. Para não mentir aos meus próprios votos de não mentir, magoo, desgosto, e, muitas vezes, me inimizo com as próprias causas, por cujos mais elevados interesses me abnego, e sacrifico.

Amizade, amor, não os sei entender senão como no-los dita a natureza melhorada, nas lições divinas: *Quos amo, arguo et castigo*. A quem amo, advirto e corrijo. Não sei praticar de outro modo o verdadeiro bem-querer. Assim pratico o dos a quem mais amo. Assim tenho praticado o de meus filhos. Assim praticaria hoje o de meus pais, se o Senhor me houvesse dado a graça de os ter comigo, numa idade em que meu juízo pudesse medir forças com os deles. *Quos amo, arguo et castigo*.

Concordar e amimar nada custa. Contradizer e aconselhar, isto sim. Amantes nunca dissentem um do

outro. Mas esposos, que não se saibam contrariar e advertir, é que não se sabem amar. É o que vai do amor lícito ao ilícito, do amor puro ao impuro, do mundano amor ao amor santo. Um, todo carne, todo culpa, nasce do apetite, nele se ceva, e com ele acaba. Por isso é só blandícias, lisonja só e só mentira todo ele. O outro deriva do coração, e no espírito se acendra, pelo que vive de sinceridade, zelo e devoção, e todo ele é fé e confiança, todo estima e desvelo, todo escrúpulo e verdade. Esta a condição do amor casto, do amor fiel, do amor consagrado: o amor dos pais, o amor dos bem-casados, o amor da pátria, o amor de Deus.

Querem, agora, os que o não entendem, nem de o entender são capazes, fazer do amor da pátria um amor de impureza, o amor concubinário, amor de adulação e falsidade: amor dos sentidos, amor de alcova, amor de comércios clandestinos e hábitos cortesãos, amor de cobiça, imoralidade e ruína.

No pervertido sentir desses homens, a pátria não é a mãe adorada pelas suas virtudes, a imagem do pudor, e da nobreza e da honra no coração de seus filhos, a imaculada e inodoável, aos olhos deles, no seu respeito, idolatria e orgulho. Não. É a corrupta, a quem se desfrutam encobertamente os vícios, mas de que uma convenção hipócri-

ta nos obriga a celebrar em público melindres, pudicícias e santidades.

Este sistema, que constitui a essência, a quintessência, a ultraessência da mentira, lhe dá uma organização análoga a uma dessas indústrias de duas caras, com uma das quais se exerce o comércio honesto, com a outra um tráfico vil e obscuro. Com o rosto que olha para a rua, a mercancia honrada. Com o que diz para os fundos, a pudenda. Na seção reservada, um prostíbulo. No lado aparente, uma catedral. Ali os desvãos íntimos, os esconderijos seguros, as ladroeiras bem amuradas, onde se acoita o suborno, a dilapidação e o peculato, onde a política e a administração, à pureza, se entregam a todas as ignomínias do mau viver. Aqui, os salões, as galerias, os anfiteatros da comédia dramatizada, onde os mesmos atores daquelas cenas declamam e representam as da honestidade.

Os mesmos homens hão de fazer, sucessiva ou simultaneamente, esses papéis inconciliáveis. Os representantes do povo, que se venderam ao poder, os negociatas, que sem profissão alguma enriqueceram dos seus votos nas comissões, dos seus discursos na tribuna, das suas corretagens nas secretarias, ou dos seus atos no governo, os *arrivistes* e *parvenus*, os *nouveau-riches* ou *profiteurs* do

tráfego republicano, esses a quem Pinheiro Machado chamava “os gaviões de penacho”, querem ver-se acatados, querem que se lhes guarde reverência, querem que não lhes zunam pelas orelhas as pedradas, quando assomam ao proscênio, engravatados na solenidade convencional, entoando epitalâmios e cânticos virginais à democracia sem mancha, em cujas entranhas se geram prodígios tais de civismo e austeridade.

Eis a encenação, o palco, a rampa alagada em luz, as gambiarras acesas *a giorno*, enquanto, para lá dos tangões donde caem os bastidores, fervilham, nos camarins, os mistérios galantes da vida real desse teatro na sua realidade. E, pela frente, nas poltronas de orquestra, nas cadeiras de estofa, nos lugares privilegiados, os *críticos d'arte*, organizando a *claque* do entusiasmo, estafam os prelos não em gabar os talentos cênicos dos grandes histriões, mas em meter nos cascos aos paturebas da plateia e torrinhas que não estão diante de um tablado, mas de um governo, de uma República, de uma democracia; que as personagens do espetáculo não são comediantes de chapa, mas varões ilustres, e que essas figurarias, essas embustérias, essas truánias deslavadas não constituem imposturas de um *Guignol* do gênero mais desacreditado, mas rasgos

de seriedade, episódios da história honesta, verdadeiros lanços do serviço nacional.

Mas por que ir assim de encontro à evidência das coisas? Pelo amor d'arte, natural aos homens d'arte? Bem pode ser. Arte será tudo, e tudo serão artes. Os administradores que ladripam ou ladroam do Tesouro Público, para assalariar escritores, ou os escritores que embolsam tão vil salário, para embutir à opinião pública o contrário do que sentem, são artistas das mesmas artes: a da corrupção e a da impostura. Furtam uns e outros ao público, para o trair. Uns e outros iludem o público, para o despojar.

Enquanto esses casos eram esporádicos e acidentais, enquanto, de raros que eram, mal se conheciam, enquanto a sua estranheza lhes abria derredor um círculo de repulsão geral, a imprensa defrontava os abusos do poder como um poder de correção dos seus abusos, poder temeroso e temido.



SENADO FEDERAL



9 788552 800590

